

**PROGRAMA DE FORMAÇÃO**  
Organização Anarquista Socialismo Libertário (OASL)  
Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ)

## **MODULO VII**

# **TRABALHO E INSERÇÃO SOCIAL**

**Curso 17: Trabalho e Inserção Social**

- FARJ. “Trabalho e Inserção Social”.
- FAG. “Inserção Social”.
- Resistência Popular (SP). “Frente Comunitária”.
- Resistência Popular (RJ). “Trabalho de Base e Inserção Social”.

**Curso 18: Metodologia para o Trabalho de Base**

- Clodovis Boff. “Metodologia para o Trabalho de Base”.

**CURSO 17**

**TRABALHO E INSERÇÃO SOCIAL**

# TRABALHO E INSERÇÃO SOCIAL

Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ)

O trabalho social e a inserção social são as atividades mais importantes da organização específica anarquista.

Como já tratamos, vivemos em uma sociedade que coloca em campos opostos a classe dominante e as classes exploradas. Recordemos também que nossa luta é pelo estabelecimento de uma sociedade sem classes, o socialismo libertário. E que a forma de se chegar a esta nova sociedade, em nosso entender, é por meio da luta dos movimentos sociais, de sua conformação em organização popular e da revolução social. Para tanto, todo este processo deve se dar no seio das classes exploradas, que são as verdadeiras protagonistas da transformação social que reivindicamos.

Assim, se a luta do anarquismo aponta para os objetivos finalistas de revolução social e socialismo libertário, e se entendemos serem as classes exploradas as protagonistas da transformação rumo a estes objetivos, não há outro caminho ao anarquismo senão buscar uma forma de interação com estas classes. Por este motivo,

“o anarquismo não pode continuar aprisionado nos limites de um pensamento marginal e reivindicado unicamente por uns poucos grupelhos, em suas ações isoladas. Sua influência natural sobre a mentalidade dos grupos humanos em luta é mais do que evidente. Para que esta influência seja assimilada de modo consciente, ele deve, doravante, se munir de novos meios e iniciar desde já o caminho das práticas sociais.”[Nestor Makhno. “Nossa Organização”. *In: Anarquia e Organização*. São Paulo, Luta Libertária, s/d, p. 32.]

Na luta de classes, as classes exploradas estão sempre em conflito com a classe dominante. Este conflito pode se manifestar de maneira mais ou menos espontânea, mais ou menos organizada. O fato é que as contradições do capitalismo geram uma série de manifestações das classes exploradas e nós consideramos ser este o melhor terreno para plantar as sementes do anarquismo. Neno Vasco, ao falar da sementeira, utilizava uma metáfora para dizer que os anarquistas deveriam plantar as suas sementes nos terrenos mais férteis. Como já enfatizamos, para nós, este terreno é o campo da luta de classes.

Já que pretendemos plantar nossas sementes no seio da luta de classes, e já que entendemos serem as classes exploradas as protagonistas do processo de transformação social, estamos assumindo que para o anarquismo chegar aos seus objetivos finalistas, as classes exploradas são imprescindíveis. Quando explicitamos este ponto de vista, não estamos idolatrando essas classes ou mesmo assumindo que tudo o que fazem é sempre certo, mas estamos enfatizando que sua participação no processo de transformação social é absolutamente central. Portanto, nós anarquistas, “devemos sempre estar com o povo”[Errico Malatesta. “Programa Anarquista”. *In: Escritos Revolucionários*. São Paulo, Imaginário, 2000, p. 23].

A forma de a organização específica anarquista buscar interação com as classes exploradas é por meio do que chamamos trabalho social. O trabalho social é a atividade

que a organização anarquista realiza em meio à luta de classes, fazendo o anarquismo interagir com as classes exploradas. O trabalho social dá ao nível político do anarquismo, um nível social, um corpo sem o qual o anarquismo é estéril. Por meio do trabalho social o anarquismo consegue realizar sua função de ser o fermento das lutas de nosso tempo. O trabalho social da organização anarquista se dá de duas maneiras: 1.) Com o trabalho permanente com movimentos sociais já existentes e 2.) Com a criação de novos movimentos sociais.

Desde nossa fundação, pensamos ser os movimentos sociais terreno privilegiado para nossa atuação, conforme colocado em nossa Carta de Princípios, quando afirmamos: “a FARJ propõe-se a trabalhar – desde já e sem intermediações – no sentido de interferir nas diversas realidades que compõem o universo dos movimentos sociais”[FARJ. “Carta de Princípios”]. Conforme tratamos anteriormente, entendemos os movimentos sociais como resultado de “um tripé composto pela necessidade, vontade e organização”. Assim, os anarquistas organizados devem buscar estimular a vontade e a organização para uma mobilização que se baseie fundamentalmente na necessidade das classes exploradas. Estas, na maioria dos casos, estão desmobilizadas por “não terem o sentimento do seu direito, nem a fé na sua força; e como nem têm este sentimento, nem esta fé, [...] continuam a ser, durante séculos, escravos impotentes”[Mikhail Bakunin. “Algumas Condições da Revolução”. In: *Conceito de Liberdade*. Porto: Rés Editorial, s/d, p. 127]. Neste processo de mobilização, devemos estimular este sentimento e esta fé. A partir de então, a questão da necessidade torna-se central, pois é por meio dela que se dá a mobilização. Poucos são aqueles que estão dispostos a lutar por uma idéia que só trará resultados de longo prazo. Por isso, para mobilizar o povo, devemos, antes de tudo, tratar das questões e dos problemas concretos que o afligem e que estão próximos a ele. Para conquistar sua confiança e a adesão

“[...] é preciso começar por falar-lhe, não dos males gerais de todo o proletariado internacional, nem das causas gerais que lhe dão nascença, mas dos seus males particulares, cotidianos, privados. É preciso falar-lhe de sua profissão e das condições do seu trabalho, precisamente na localidade em que habita; da duração e da grande extensão do seu trabalho cotidiano, da insuficiência de seu salário, da maldade do seu patrão, da carestia dos víveres e da sua impossibilidade de nutrir e de instruir convenientemente sua família. E propondo-lhes meios para combater os seus males e para melhorar a sua posição, não é preciso falar-lhe logo dos objetivos gerais e revolucionários. [...] Primeiramente só é preciso propor-lhes objetivos que seu bom senso natural e sua experiência cotidiana não possam ignorar a utilidade, nem repeli-los.”[*Idem*. “Educação Militante”. In: *Conceito de Liberdade*, pp. 145-146.]

Desta mesma forma, no processo de mobilização, pode-se colocar a questão de as pessoas não possuírem empregos, de não possuírem um lugar para morar etc. Por isso, a função da organização anarquista é explicitar as necessidades e mobilizar em torno delas. Seja na criação de movimentos sociais ou no trabalho com movimentos já existentes, a idéia central é sempre mobilizar em torno da necessidade.

Os movimentos sociais são as instâncias em que se dá a mobilização das classes exploradas e, portanto, são esses movimentos que fazem com que elas tenham uma prática política. Sua prática política desenvolve-se por meio de “toda atividade que tenha por objeto a relação [de confronto] dos explorados e oprimidos com os

organismos do poder político, o Estado, o governo e suas distintas expressões”[FAU. “Declaración de Principios”. As aspas deste parágrafo são deste mesmo documento.] além de outros organismos de sustentação do sistema capitalista. A prática política busca colocar o povo em combate contra as forças do sistema que o oprime e, portanto, incita o enfrentamento a estas forças, “a defesa e a ampliação das liberdades públicas e individuais, a capacidade de propostas que correspondam ao interesse geral da população ou a aspectos parciais do mesmo”. A prática política também pode ser “a insurreição como instância de questionamento violento a uma situação que queremos mudar [... e também] as propostas que, recolhendo as reivindicações populares enfrentam os organismos de poder, apresentam soluções a questões gerais e concretas e obrigam aqueles organismos de poder a adotá-las e torná-las válidas para o conjunto da sociedade”.

Por meio de sua prática política, os movimentos sociais devem impor todas suas conquistas às forças do capitalismo e do Estado. O povo deve exigir, impor e realizar, ele mesmo, todas as melhorias, conquistas, liberdades desejadas, conforme for sentindo necessidade, por meio da organização e da vontade. Estas reivindicações devem ser permanentes e aumentar progressivamente, exigindo cada vez mais, e buscando completa emancipação das classes exploradas.

“Quaisquer que sejam os resultados práticos da luta pelas melhorias imediatas, sua principal utilidade reside na própria luta. É por ela que os trabalhadores aprendem a defender seus interesses de classe, compreendem que os patrões e os governos têm interesses opostos aos seus, e que não podem melhorar suas condições, e ainda menos se emancipar, senão unindo-se entre si e tornando-se mais fortes. [...] Se conseguirem obter o que desejam, viverão melhor. Ganharão mais, trabalharão menos, terão mais tempo e força para refletir sobre as coisas que os interessam; e eles sentirão de repente desejos e necessidades maiores. Se não obtiverem êxito, serão levados a estudar as causas de seu fracasso e a reconhecer a necessidade de maior união, maior energia; e compreenderão, enfim, que para vencer, segura e definitivamente, é preciso destruir o capitalismo.”[Errico Malatesta. “Programa Anarquista”. In: *Escritos Revolucionários*, p. 18.]

A prática política dos movimentos sociais traduzida nas lutas pelas conquistas de curto prazo traz o sentido pedagógico de ganho de consciência aos militantes, em caso de vitórias ou mesmo de derrotas.

Da mesma maneira funciona a prática política da organização específica anarquista. Afirmamos anteriormente que entendemos o anarquismo como uma ideologia e, neste caso, “um conjunto de idéias, motivações, aspirações, valores, estrutura ou sistema de conceitos, que possuem uma conexão direta com a ação – o que chamamos de prática política”. O trabalho social é a principal parte da prática política da organização anarquista que, neste caso, interage com as classes exploradas organizadas nos movimentos sociais, retirando o anarquismo dos pequenos círculos e semeando amplamente suas idéias no seio da luta de classes.

Apesar disso, para nós, mais do que simplesmente interagir com os movimentos sociais, o trabalho social da organização específica anarquista deve buscar influenciá-los na prática, fazendo com que tenham determinadas características de funcionamento.

Chamamos de inserção social o processo de influência dos movimentos sociais a partir da prática anarquista. Assim, a organização anarquista possui trabalho social quando cria ou desenvolve trabalho com movimentos sociais e possui inserção social quando consegue influenciar os movimentos com as práticas anarquistas.

A inserção social não tem por objetivo “ideologizar” os movimentos sociais, transformando-os em movimentos sociais anarquistas. Diferentemente, ela busca dar a eles algumas características determinadas, de forma que possam caminhar para a construção e desenvolvimento da organização popular, e apontar para a revolução social e o socialismo libertário. Busca fazer os movimentos sociais irem o mais longe possível.

“Não queremos ‘esperar que as massas se tornem anarquistas’ para fazer a revolução; tanto mais de que estamos convencidos de que elas nunca se o tornarão se inicialmente não derrubarmos, pela violência, as instituições que as mantêm em escravidão. Como precisamos do concurso das massas para constituir uma força material suficiente, e para alcançar o nosso objetivo específico que é a mudança radical do organismo social graças à ação direta das massas, devemos nos aproximar delas, aceitá-las como elas são e, como parte das massas, fazê-las ir o mais longe possível. Isso se quisermos, evidentemente, trabalhar de fato para realizar, na prática, nossos ideais, e não nos contentar em pregar no deserto, para a simples satisfação de nosso orgulho intelectual.”[*Idem*. “A Propósito de Revolução”. In: *Anarquistas, Socialistas e Comunistas*. São Paulo: Cortez, 1989, p. 55.]

Recordemos que defendemos a posição que é a ideologia que deve estar dentro dos movimentos sociais e não os movimentos sociais que devem estar dentro da ideologia. A organização específica anarquista interage com os movimentos sociais buscando influenciá-los a ter as formas mais libertárias e igualitárias possíveis.[1] Apesar de tratarmos o anarquismo e os movimentos sociais como níveis de atuação diferentes, acreditamos que há uma relação de influência mútua entre os dois. Esta relação, complementar e dialética, faz com que o anarquismo influencie os movimentos sociais, e que os movimentos sociais influenciem o anarquismo. Quando tratamos da inserção social, estamos falando da influência do anarquismo nos movimentos sociais. Nesta relação, apesar de sustentarmos uma separação entre os níveis político (da organização anarquista) e social (dos movimentos sociais), não acreditamos que há hierarquia nem domínio do nível político para o nível social. Não acreditamos também que o nível político lute pelo social ou à frente dele, mas sim com ele, sendo esta, uma relação ética. Em sua atuação como minoria ativa, a organização específica anarquista luta com as classes exploradas e não por elas ou à frente delas, visto que “não queremos emancipar o povo, queremos que o povo se emancipe”[Errico Malatesta. “A Organização das Massas Operárias...”. In: *Escritos Revolucionários*, p. 40]. Discutiremos à frente, com um pouco mais de detalhes, esta relação entre a organização específica anarquista e os movimentos sociais.

Ao tratarmos da inserção social como a influência que a organização específica anarquista exerce nos movimentos sociais, entendemos ser importante detalhar um pouco mais, o que entendemos por “influenciar”. Influenciar, para nós, significa causar modificações sobre uma pessoa ou um grupo de pessoas, por meio de persuasão, dos conselhos, dos exemplos, das orientações, inspirações e práticas. Antes de tudo, consideramos que na própria sociedade há, a todo tempo, uma multiplicidade de

influências entre os diferentes agentes que influenciam e são influenciados. Podemos mesmo dizer que “renunciar a exercer influência sobre outros significa renunciar à ação social, ou inclusive à expressão dos próprios pensamentos e sentimentos, o que [...] é tender à inexistência”[Mikhail Bakunin. “Libertad e Igualdad”. In: G. P. Maximoff (org.). *Escritos de Filosofia Política vol. II*. Madrid: Alianza Editorial, 1990, p. 9]. Mesmo a partir de uma perspectiva antiautoritária, esta influência é inevitável e saudável.

“Na natureza, como na sociedade humana, que em si mesma não é outra coisa que natureza, todo ser humano está submetido à condição suprema de intervir da maneira mais positiva sobre a vida dos outros – intervindo de maneira tão poderosa quanto permite a natureza particular de cada indivíduo. Rechaçar esta influência recíproca significa conjurar a morte no pleno sentido da palavra. E quando pedimos liberdade para as massas não pretendemos ter abolido a influência natural exercida sobre elas por qualquer indivíduo ou grupo de indivíduos.”[*Ibidem.*]

No trabalho prático, esta influência deve se dar a partir das características que buscamos dar aos movimentos sociais. Anteriormente, quando tratamos dos movimentos sociais e da organização popular, detalhamos mais estas características. Portanto, não nos ocuparemos neste momento, novamente, de detalhar todas elas. Apenas pontuaremos, mais uma vez e de maneira breve, quais são as características que devemos sustentar nos movimentos sociais. São elas: força, classismo, combatividade, autonomia, ação direta, democracia direta e perspectiva revolucionária.

Os movimentos sociais devem ser fortes, sem caber dentro de uma ideologia, já que impor a causa do anarquismo aos movimentos sociais “não seria outra coisa senão uma ausência completa de pensamento, de objetivo e de conduta comum, e [...] deveria conduzir, necessariamente, a uma impotência comum”[*Idem.* “Táctica e Disciplina do Partido Revolucionário”. In: *Conceito de Liberdade*, p. 192.] Devem ser classistas e possuir corte de classe, o que significa buscar participação ampla das classes exploradas e sustentar a luta de classes; devem ser combativos, estabelecendo suas conquistas por meio da imposição de sua força social; devem ser autônomos em relação ao Estado, aos partidos políticos, aos sindicatos burocratizados, à Igreja, entre outros organismos burocráticos e/ou autoritários, tomando suas decisões e agindo por conta própria.

Além disso, devem utilizar a ação direta como forma de ação política, em oposição à democracia representativa. “Fundamentalmente se trata de fazer prevalecer o protagonismo das organizações populares, brigando pela menor mediação possível e assegurando que a mediação necessária não implique no surgimento de centros de decisão separados dos interessados”[FAU. “Declaración de Principios”]. Os movimentos sociais devem, ainda, utilizar a democracia direta como método de tomada de decisões, o que se dá nas assembléias horizontais em que todos os militantes decidem efetivamente, de maneira igualitária. A democracia direta não dá espaço a “nenhum gênero de privilégios, sejam estes econômicos, sociais ou políticos; [...] e constitui] uma institucionalidade onde a revogabilidade dos membros está imediatamente assegurada e onde, portanto, não há espaço à habitual irresponsabilidade política que caracteriza a democracia representativa”[*Ibidem.*]. Finalmente, a perspectiva revolucionária, que “deve ser introduzida e desenvolvida nele[s] por um trabalho constante dos revolucionários que atuam fora e dentro de seu seio, mas não pode ser a manifestação

natural e normal de sua função”[Errico Malatesta. “Los Anarquistas y los Movimientos Obreros”. In: Vernon Richards. *Malatesta: pensamiento y acción revolucionarios*. Buenos Aires: Anarres, 2007, p. 114.].

A inserção social da organização específica anarquista nos movimentos sociais que se dá pela influência, deve apontar, em um segundo momento para a conexão das lutas e a criação da organização popular, buscando permanentemente aumentar sua força social.

Para a realização do trabalho e da inserção social a organização anarquista deve atentar para algumas questões.

A mobilização deve acontecer, principalmente, pela prática, pois é em meio à luta que o povo nota que pode conquistar mais e mais. Muito mais do que falar, devemos ensinar pelo fazer, pelo exemplo, que é “melhor do que pelas explicações verbais que [o trabalhador] recebe dos seus camaradas, depressa reconhece todas as coisas pela sua própria experiência pessoal doravante inseparável e solidária com a do outros membros” [Mikhail Bakunin. “Educação Militante”. In: *Conceito de Liberdade*, p. 146.]. É muito relevante considerarmos que o processo de mobilização e de influência passa, além dos aspectos objetivos da luta, pelos aspectos subjetivos. Nossa prática vem mostrando que para se mobilizar e influenciar os movimentos sociais é muito importante utilizar, não só os aspectos racionais e objetivos, mas também aspectos emocionais e subjetivos, sendo eles os laços afetivos e amizades ou relacionamentos que naturalmente vão sendo construídos no seio das lutas. É também relevante identificar as pessoas dos bairros, das comunidades, dos movimentos, dos sindicatos etc. que possuem influência sobre os demais (lideranças locais oriundas das bases e legitimadas por elas) e focar nelas os esforços. Estas pessoas são muito importantes para auxiliar na mobilização das bases, para potencializar a influência anarquista, ou ainda, para integrar os agrupamentos de tendência. Feita desta maneira, a mobilização termina funcionando como uma certa “conversão”, sendo importante observar que

“[...] só se pode converter os que sentem necessidade de ser convertidos, os que já trazem nos seus instintos ou nas misérias da sua posição quer exterior, quer interior, tudo o que quiserem dar-lhes; nunca converterão os que não sentem necessidade de nenhuma mudança, nem mesmo os que, desejando sair de uma posição da qual estão descontentes, são impelidos, pela natureza dos seus hábitos morais, intelectuais e sociais, a procurar uma posição em um mundo que não é o das vossas idéias.” [Ibidem. “Operários, Camponeses, Burgueses e Intelectuais”. In: *Conceito de Liberdade*, p. 110.]

Neste processo de mobilização, a organização específica anarquista deve sempre, independente de qualquer coisa, atuar com ética, tratando de não querer estabelecer relações de hierarquia ou de domínio com os movimentos sociais; de dizer a verdade e nunca enganar o povo e sempre sustentar a solidariedade e o apoio mútuo em relação aos outros militantes. Da mesma maneira, deve ter uma postura propositiva, buscando construir e fazer os movimentos caminharem para frente e não só ficar apresentando posições críticas.

Mesmo quando as posições da organização anarquista não forem majoritárias, elas devem ser evidenciadas, deixando claros os pontos de vista que defende. Quando em contato com movimentos hierarquizados, a organização anarquista deve sempre ter em

mente que o que interessa a ela é sempre a base dos movimentos sociais. Portanto, para qualquer tipo de trabalho, a organização deve sempre se aproximar, não dos dirigentes e daqueles que detêm as estruturas de poder dos movimentos sociais, mas sim dos militantes de base, que geralmente são oprimidos pela direção e que constituem a periferia, e não o centro dos movimentos.

Outra questão que deve ser observada é que os militantes da organização específica anarquista devem conhecer bem o ambiente em que estão atuando, possuindo presença constante nos movimentos sociais em que se propõem a realizar trabalho social. O conhecimento do “terreno” em que se atua é fundamental para saber quais são as forças políticas em jogo, quem são os possíveis aliados, quem são os adversários, onde estão as forças, as fraquezas, as oportunidades, e os riscos. A presença constante é importante para que os militantes anarquistas estejam completamente integrados com os outros militantes dos movimentos sociais, que tenham reconhecimento, legitimidade, que sejam ouvidos, que sejam queridos, que sejam pessoas bem-vindas.

Em um esquema estratégico, podemos entender que a organização específica anarquista deve realizar o trabalho social, já que “como anarquistas e como trabalhadores, devemos incitá-los e encorajá-los [os trabalhadores] à luta e lutar com eles”[Errico Malatesta. “Programa Anarquista”. In: *Escritos Revolucionários*, p. 18]. Incitando e encorajando o povo, devemos buscar a inserção social, e conseguir que os movimentos sociais trabalhem da forma mais libertária e igualitária possível. Com inserção social nos movimentos sociais, devemos conectar as lutas e construir a organização popular. Assim, conseguiremos estimular seu permanente aumento de força social e preparar as classes exploradas para a revolução social, já que “nosso objetivo é preparar o povo, moral e materialmente, para esta expropriação necessária; é tentar e renovar a tentativa, tantas vezes quanto a agitação revolucionária nos der a ocasião para fazê-lo, até o triunfo definitivo”[*Ibidem*. p. 17], com o estabelecimento do socialismo libertário. Podemos dizer, então, que a função da organização específica anarquista no trabalho e inserção social é ser o “motor das lutas sociais. Um motor que nem as substitui e nem as representa”[FAU. “Declaración de Principios”]. Julgamos poder constituir este motor “participando combativamente no dia a dia de lutas dos movimentos populares em atividade, em um primeiro momento, no Brasil, na América Latina e, em especial, no Rio de Janeiro.”[FARJ. “Carta de Principios”.]

#### **Nota:**

1. Em “Em Torno de Nosso Anarquismo”, Malatesta enfatiza: “Provocar, tanto quanto nos seja possível, o movimento, nele participando com todas as nossas forças, **imprimindo-lhe o caráter mais libertário e mais igualitário que seja**; apoiar todas as forças progressivas; defender o que é melhor quando não se puder obter o máximo, mas **conservar sempre bem claro nosso caráter de anarquistas**”. [grifos nossos] Ver *Escritos Revolucionários*, p. 80.

\* Trecho de *Anarquismo Social e Organização*.

# INSERÇÃO SOCIAL

## Federação Anarquista Gaúcha (FAG)

Somente a partir do trabalho militante organizado é possível promover com firmeza e coerência a luta popular. Esta luta e suas conseqüências necessitam de um âmbito de elaboração da teoria-prática revolucionária. Este âmbito se compõe, entre outras coisas, de um nível social ocupado pelas organizações de classe e movimentos populares, e também um nível político específico ocupado pela Organização Anarquista.

A militância de base que fazemos é a única garantia de inserção social das idéias e conceitos libertários. A legitimidade do anarquismo está na sua participação nas experiências de luta e organização das classes oprimidas, na sua capacidade de ser útil para o seu aprofundamento. Por isso a organização política anarquista não deve ser de maneira nenhuma círculo sectário de idéias puras ou cenário de reflexões filosóficas abstratas, mas ferramenta que sirva aos propósitos de um processo revolucionário que põe as organizações populares no centro das iniciativas. Nesse esforço cotidiano nos somamos com um trabalho de base que respeita antes de qualquer linha partidária a independência de classe e suas expressões organizadas, sejam sindicatos, associações, comitês de luta, cooperativas autogestionárias, etc.

No Brasil, devido a inúmeros fatores, incluindo repressão política, mudança de panorama e padrões sociais e em boa parte por uma defasagem tático-estratégica, o anarquismo ficou quase 50 anos estagnado com pouca ou nenhuma inserção nos movimentos sociais. Após a restauração democrático-burguesa dos anos 80 se realizaram tentativas de superação desse vazio que acabaram sem continuidade.

A inserção anarquista através de uma prática política organizada é uma das necessidades centrais e prioritárias da FAG. Pela nossa concepção, não existe “lutar para o povo” nem “lutar pelo povo”, ou se luta com o povo, como militantes que fazem uma opção de classe e que têm uma identidade popular, ou não existe luta libertária possível. Isso porque nada substitui gente organizada. Somente o povo auto-organizado pode criar o poder popular, aumentando o nível e a intensidade da luta a medida que amplia a consciência política de que a via revolucionária é possível e necessária. Portanto, na luta popular se prepara e se difunde a revolução social como alternativa para uma vida digna e livre.

Os militantes anarquistas têm de ser como peixes dentro d’água no seio das classes oprimidas, fluindo como sangue nas veias da luta popular. A inserção social é também o resultado de trabalhos metódicos e regulares. É ela que pode abrir caminho para outros níveis de luta e por isso mesmo é um objetivo constante, permanente e ininterrupto. Quanto maior for nossa inserção social, mais a organização política anarquista vai estar sintonizada com a realidade e mais vamos poder fazer para contribuir na transformação desta dura realidade.

A ideologia e a Organização se legitimam e se nutrem com a inserção social e a partir disto mais condições têm de construir soluções coletivas para as problemáticas da realidade concreta.

\* Trecho da Carta de Princípios

# A FRENTE COMUNITÁRIA

## Resistência Popular (São Paulo)

### APRESENTAÇÃO

Apresentamos agora o resultado da nossa reflexão sobre a prática da Resistência Popular no movimento comunitário, mas do que isso, este caderno pretende ser um ponto de apoio não só para os membros da RP, mas também para aquelas pessoas que se aproximam de nossa forma de ação e possuem a intenção de formar um núcleo da Resistência Popular no movimento comunitário.

Este caderno está dividido em duas partes: a primeira delas trata de vários aspectos da frente comunitária. Na Segunda discutimos aspectos mais práticos, desde a formação de um núcleo de discussão até a prática militante cotidiana. Esperamos que ajude a todos os interessados em atuar nesta frente.

### 1ª PARTE – CONHECENDO UM POUCO A FRENTE COMUNITÁRIA

#### 1 – Um Breve Histórico

O surgimento dos movimentos sociais de bairro, que chamamos de frente comunitária, é um fato mais ou menos recente em nossa história, que vem de cerca de cinquenta anos para cá. Obviamente existiram resistências e movimentos comunitários antes desse período, mas nunca com a intensidade e a proporção que eles adquiriram no nosso país a partir da década de 50.

Essa história está ligada ao processo de urbanização no Brasil, que deixou de ser um país de concentração populacional predominantemente rural para se inverter esta relação e ser hoje um país onde cerca de 80% da população vive no meio urbano. Precisamos entender porque isso aconteceu, o que determinou esse deslocamento e essa concentração populacional, afinal de contas não foi por “livre opção”, para “buscar novas culturas” ou “por turismo” que enormes contingentes populacionais se deslocaram.

Voltemos um pouco para a década de 50. Neste momento o Brasil entra numa nova etapa no que tange às relações econômicas que se estabelecem no país, sobretudo a partir do governo Juscelino Kubitschek. O novo modelo se abriu para o capital estrangeiro, permitiu a instalação de empresas que são plataformas de exportação e não tem intenção de formar um mercado consumidor interno. É o que se chamou de processo de industrialização periférica.

As conseqüências do novo modelo foram: diminuição do nível de emprego, redução do salário real e concentração de renda. Isso fez com que houvesse uma diminuição do mercado consumidor, uma vez que o poder de compra dos trabalhadores urbanos decaiu com a queda dos salários e o desemprego.

Essa queda do consumo nas cidades - que incluía uma queda no consumo de produtos

agrícolas - gerou uma crise para os pequenos produtores rurais, que se endividaram e num segundo momento foram obrigados a vender suas terras para pagar estas mesmas dívidas. Isso por sua vez ocasionou uma concentração de terras ainda maior no Brasil. O resultado é que os pequenos proprietários, trabalhadores rurais e camponeses foram expulsos da terra, uma vez que as terras incorporadas a latifúndios quase nunca tinham grande produtividade ou em muitos casos nada produziam.

Observamos que um fenômeno econômico, que ocorreu primordialmente no meio urbano, determinou uma grande alteração no campo. O desenvolvimento deste processo voltou-se depois para as cidades. Estes enormes contingentes de expulsos da terra, formaram correntes migratórias que procuraram alternativas de vida justamente nas grandes cidades, que passaram a ser metrópoles.

Os motivos desse êxodo são bem palpáveis: é na busca de sobrevivência, da subsistência, da melhoria econômica que ocorreu esse verdadeiro êxodo. Uma vez mais, foi o fator econômico, que determinou toda uma modificação social, que alterou a geografia das cidades, modificou hábitos culturais, enfim, transformou profundamente a sociedade brasileira.

Foi assim que surgiram as grandes cidades e as metrópoles, e junto com elas as periferias, cidades dormitório, áreas onde a classe trabalhadora se concentrou e de onde emergiram vários movimentos comunitários.

## **2 – O Capitalismo e a Periferia**

Para os capitalistas, não contam as pessoas, ou melhor, as pessoas são contadas como máquinas que eles adquirem no mercado e pagam o preço de acordo com a oferta e a procura. As pessoas portanto são encaradas assim: como máquinas.

O termo “mão-de-obra” expressa bem isso, é como se o capitalista fosse capaz de comprar apenas uma mão, uma ferramenta, separada do resto de um corpo que fala, pensa, sente, etc. E apesar de isso ser absurdo ele efetivamente paga apenas uma ‘mão-de-obra’ e não uma força de trabalho humana.

Mas há uma diferença sutil entre a máquina homem e a máquina torno por exemplo. A máquina humana cria valor continuamente e, não sofre desgaste desde que seja garantida sua reprodução enquanto força de trabalho, ou seja, que a pessoa possa ter o mínimo para no dia seguinte estar novamente pronta para produzir, criar valor e dar lucro para o capitalista.

É com base neste mínimo para repor a força de trabalho que o salário mínimo deveria ser pago. Este mínimo é a cesta básica que o DIEESE reivindica. Portanto ele não é um “salário justo”, mas apenas o custo para que a força de trabalho se reproduza adequadamente.

Mas em países como o Brasil, grande parte das empresas trabalha com a idéia de ‘plataforma de exportação’. Ou seja, é um país onde existem grandes vantagens para se adquirir a mercadoria força de trabalho. Portanto muitas empresas - não somente multinacionais, mas boa parte das nacionais também - não pensam no Brasil como um

mercado consumidor, mas sim no exterior. Logo, não é necessário se pagar salários razoáveis para que as pessoas consumam. O trabalhador aqui, em geral, não é visto como um consumidor, mas apenas como custo de produção. Apenas 30% dos brasileiros fazem parte do que se chama mercado consumidor, os demais consomem apenas uma faixa muito restrita de produtos.

Para que seja possível pagar salários miseráveis é necessário, além dos desejos dos capitalistas e da orientação para o mercado externo, um outro fator sem o qual nada disso seria possível: a existência de um enorme contingente de miseráveis prontos para aceitar qualquer salário. Aqui no Brasil como em toda a ‘parte de baixo’ do mundo, o salário, além de não ser justo, não chega sequer a cobrir os custos mínimos para a reprodução da força de trabalho. E o que isso tudo tem a ver com a frente comunitária?

Tudo. A impossibilidade de uma reprodução adequada da força de trabalho (comer para estar com energia repostada, habitar para descansar, cuidar da saúde para que não haja faltas no trabalho, ter transporte para ir ao trabalho, etc.) tem como consequência social a miséria geral, que é a verdadeira origem da expansão dos bairros de periferia e por tabela da frente comunitária.

Se a frente sindical tem sua origem como espaço de produção material do capitalismo, a frente comunitária tem sua origem como espaço de reprodução da força de trabalho e espaço de concentração do exército de reserva. Portanto há uma ligação direta entre a existência e dinâmica da frente comunitária com a sindical.

Compreender que existe uma relação direta entre a dinâmica do capitalismo e a frente comunitária é uma necessidade. Mais do que isso é preciso compreender que o próprio surgimento de movimentos sociais nesta frente responde a um processo de desenvolvimento do capitalismo em países subdesenvolvidos, que é diferente dos ‘países de cima’, dos países do centro do capitalismo.

### **3 – Composição de classe da frente comunitária**

As pessoas da frente comunitária fazem parte da classe explorada. A frente comunitária na verdade representa uma parcela da classe explorada. Porém é preciso conhecer melhor quem são os sujeitos sociais dentro desta frente para podermos trabalhar partindo de uma análise mais completa. Esta distinção permitirá traçar projetos mais adequados para a realidade.

De maneira geral na frente comunitária encontramos pessoas em diferentes situações econômicas e que possuem relações de trabalho bastante diversas. Este fator determina por sua vez a distribuição do tempo das pessoas; a presença mais ou menos constante desta pessoa em seu bairro; o grau de interesse da pessoa pelos problemas coletivos do bairro, etc.

Existem os desempregados que podem viver como ambulantes, biscateiros, pequenos artesãos, os que vivem de alguma atividade ‘ilegal’ ou simplesmente não exercendo nenhuma atividade. Existe outra parcela que está empregada, mas com salários insuficientes para as necessidades mínimas, salários que não cobrem, por exemplo, os custos de um aluguel de moradia. Também existem muitas famílias que vulgarmente

chamamos de “classe média baixa”, que não conseguem pagar aluguel e se mudam para bairros ‘piores’, embora ainda tenham condições de manter um nível de vida mais elevado que as outras parcelas mencionadas.

#### **4 – Heterogeneidade e suas conseqüências para o trabalho militante**

A simples caracterização quanto a condição sócio-econômica de cada parcela já nos permite perceber que o caráter classista objetivo das pessoas na frente comunitária é bastante heterogêneo. Isso é bem diferente da frente sindical, onde há uma homogeneidade maior neste ponto.

É preciso que se leve isso em conta no trabalho do dia-a-dia. Esta heterogeneidade, apesar de enriquecer pela troca de experiências diversas, pode dificultar bastante a organização das lutas. Nos trabalhos de militância conta, sobretudo a disponibilidade de tempo das pessoas, que é determinada numa sociedade capitalista, pelo tipo de trabalho que ela possui.

Um desempregado muitas vezes estará presente com freqüência no trabalho de base, pois forçosamente tem um “tempo livre” maior do que um trabalhador que sai de casa às 6 da manhã, volta às 7 da noite e descansa para outro dia de trabalho. Devido a uma situação de desemprego a pessoa tem tempo de se dedicar. Isso pode mudar da noite para o dia se ele conseguir um emprego, o que apesar de ser muito bom para a pessoa, pode ‘desfaltar’ de uma hora para outro o movimento. Isso é uma constante na frente comunitária.

Não é por obra divina ou do acaso que na frente comunitária geralmente as mulheres aparecem como liderança, uma vez que são as donas de casa as que mais ficam presentes na comunidade e que precisam lutar por condições mínimas aos filhos. Por isso as líderes comunitárias são, em grande parte, mulheres . Isso hoje em dia está mudando um pouco, pois muito mais mulheres estão trabalhando fora e mais homens estão perdendo o emprego e ficando no bairro.

#### **5 – Pode existir um bairro autônomo?**

As possibilidades de se criar algo desse tipo devem ser examinadas muito cuidadosamente, para se evitar criar falsas expectativas.

Por mais que tenhamos hegemonia política e forte grau de inserção em um determinado bairro, o seu grau de “autonomia” ou de “liberação” é muito relativo e precisa ser analisado com muito cuidado.

Os vínculos e a subordinação ao mundo burguês-capitalista no qual qualquer bairro está inserido são enormes, às vezes difíceis de se ver claramente , mas nem por isso , menos reais. Não vamos cometer um erro: confundir autogestão enquanto processo generalizado, com uma experiência autogestionária no seio da sociedade capitalista. Esta confusão conduziu e pode conduzir a falsa perspectiva de que na medida em que forem se somando um a um bairros transformados em “zonas liberadas” ou “comunidades autônomas” atingiremos nossos objetivos estratégicos.

Sabemos que a coisa não é linear e nem tão simples assim. Sabemos também qual é o grau de autonomia que se atinge hoje em dia, ou em qualquer momento anterior a uma ruptura revolucionária, é bem diferente do que almejamos. Resumindo: resolvemos uma parte dos problemas no próprio bairro, mas resolveremos os problemas do bairro em suas raízes apenas em escala generalizada.

## 6 – Cultura popular

Não é possível supor que um bairro periférico ou um morro vive distante da cultura burguesa. Mesmo sem o controle total de documentação há uma série de vínculos e ferramentas ideológicas que penetram nessas áreas. Depois que inventaram um aparelho chamado televisão (que quase toda a população, mesmo as mais carentes, tem ou assistem no vizinho) recebemos doses fortes da ideologia burguesa mais refinada. Os filhos dos moradores desta área freqüentam escolas que os formam segundo estes preceitos, além de outras mil e uma formas que se utiliza.

Fica claro que não há produção de uma cultura popular pura nestes locais, a cultura popular convive com elementos de fora, às vezes resiste, outras vezes absorve, outras reelabora, mas há sempre um jogo ideológico ocorrendo. Em termos de cultura isso se expressa claramente. Existem por exemplo várias modalidades de samba, todos eles produzidos popularmente, alguns mais ‘de raiz’ outros totalmente transformados em mercadoria. Entretanto, a prática demonstra que não é possível querer preservar “raízes puras”, ou que se deva preservar a cultura exatamente como era antes. Não podemos associar o velho/tradicional com o legítimo e do outro lado o novo-mercado como desvirtuado. É possível o surgimento de novas formas culturais atuais e legítimas, o RAP é um exemplo de cultura popular nova e legítima. Em grandes parcelas da periferia o RAP é para os filhos de nordestinos o que o forró foi para os seus pais.

Trabalhar a partir da cultura popular é orientação permanente, mas sem criar ilusões sobre seu potencial, sem aceitar os muitos preconceitos implícitos. Afinal de contas, muitas vezes o que o povo expressa, pela própria boca, é a própria ideologia burguesa, que de alguma forma foi absorvida. Nossa tarefa é dialogar com a cultura popular, resgatar e valorizar os valores legítimos e também questionar os valores burgueses.

## 7 – Forças políticas e sociais presentes

a) **Igreja:** Geralmente com caráter assistencialista. Salvo exceções, quando tem uma postura de enfrentamento, chegando a defender ocupações de terra, por exemplo. Na maioria das vezes é a Católica (sobretudo Teologia da Libertação) que desenvolve alguma atividade, as Evangélicas tem mais uma postura voltada pra si mesma.

b) **Marginalidade:** O mais complicado, pois marginal não tem nada a perder. Um agravante nesse caso é quando há ligações com a polícia ou poder institucional, como o narcotráfico por exemplo. Por isso é preciso muito jogo de cintura, pois se defendermos abertamente o uso de entorpecentes perdemos a simpatia de muitas donas de casa e outros membros da comunidade. Se ao contrário lutamos com todas as forças contra as ‘drogas ilegais’, podemos ter complicações com os traficantes. O melhor seria criar um

‘valor’ de que a marginalidade respeitasse os ‘irmãos da classe’ e apenas incomodasse a burguesia. Para evitar que os jovens busquem saída na marginalidade, precisamos de alternativas econômicas locais que gerem empregos na comunidade, mas sobretudo precisamos de alternativas sociais gerais.

c) **Direita:** Atrapalham mais na época de eleições. Compram pessoas na vila pra serem ‘cabos eleitorais’ e esquecem qualquer ‘trabalho social’ para servir aos candidatos. Procuram representar os valores burgueses para as pessoas da comunidade, chegando a discriminar ‘favelados’ e exaltar os ‘empresários que trazem o desenvolvimento para a região’ e normalmente criam e aparelham inúmeras associações de moradores de bairro. Exemplos mais típicos: PFL , PDT , PMDB...

d) **Esquerda Reformista:** Utilizam os organismos de base como forma de controlar os movimentos populares, evitando que se organize uma oposição independente que venha a colocar em contradição o seu ‘governo popular’. Também tem interesse em trazer gente pra dentro do partido, para formar as novas lideranças.

e) **Poder Público:** Geralmente tenta sabotar qualquer projeto de caráter popular, mas pode também tentar se apropriar nos casos em que o trabalho já é reconhecido.

f) **Poder Privado:** Empresários que fazem “bondade” por interesse político e econômico.

## **2ª PARTE – COMO TRABALHAR NA FRENTE COMUNITÁRIA**

A inserção social se constitui um dos pilares fundamentais de nossa prática política. É através dela que nossa ideologia se enraíza entre a classe explorada, na consolidação de um processo de ruptura com o sistema capitalista. A Resistência Popular tem a responsabilidade de:

- dar permanente ânimo à luta;
- dar a devida dimensão estratégica das lutas;
- avaliar as possibilidades de forma a não diluir forças;
- implementar a organização federalista da forma mais eficiente.

### **1 – O primeiro passo é começar um núcleo de Resistência Popular**

a) Junte um grupo de pessoas - não necessariamente grande- para discutir a intenção de se começar um trabalho político-social. É importante que estas pessoas possuam disponibilidade de tempo para a militância, vontade para trabalhar e clareza da necessidade da luta popular organizada. É recomendável que num primeiro momento só se chamem pessoas que tenham certeza de que continuarão no trabalho a longo prazo.

b) Faça uma reunião onde fique claro para as pessoas qual é a intenção deste grupo. Num primeiro momento talvez seja interessante este grupo ser composto por um número reduzido de pessoas, assim evita-se a dispersão e torna-se mais fácil e objetivas as reuniões. As primeiras reuniões são de fundamental importância para o sucesso do trabalho a ser iniciado.

c) Discuta o tipo de trabalho a ser realizado, a necessidade deste trabalho ser contínuo e, conseqüentemente, em um local geográfico fixo.

d) Se todos concordarem com a importância e necessidade de se montar este tipo de grupo, então discuta os materiais, onde são abordados de forma mais sistemática as formas e o começo da militância (Bases de Acordo, Carta de Princípios, Programa). Neste momento estará se constituindo um núcleo de Resistência Popular.

## **2 – Mapeando a área**

Cada núcleo deve ser responsável por uma área geográfica de trabalho político e pouco a pouco ir tentando ampliá-la. É fundamental conhecer espaço antes de se iniciar o trabalho. Uma orientação básica é saber o terreno onde se pisa, onde vivemos e tentamos levar uma luta organizada de longo prazo. Boa parte desse saber pode estar em fazer um questionário básico e buscar as respostas para ele. Um exemplo de questionário pode ser:

### **2.1 – Raio X sócio-econômico da região (ou cidade):**

- a) apontando os setores mais fortes da economia e suas articulações políticas;
- b) o cotidiano de vida da classe explorada;
- c) perfil das periferias e bairros pobres;
- d) nível de violência policial ou para-militar - como esquadrões da morte, pistoleiros, justiceiros, etc.;
- e) quantidade de hospitais e escolas públicas e suas demandas;
- f) número de delegacias;
- g) a porcentagem de moradores negros e os graus de violência e dominação étnico-racial, etc.;
- h) os projetos da classe dominante para a área.

### **2.2 – Um raio X político da área:**

- a) a vinculação dos grupos econômicos e políticos;
- b) as esferas de aliança entre instituições estatais e empresas com interesses na região;
- c) as alianças da classe dominante regional com o poder estatal e com as grandes empresas;
- d) características dos grupos de esquerda e movimentos populares e se há referente histórico de resistência ou luta de classes na área (e qual o perfil desta luta);
- e) número de associação de moradores de bairro, ou qualquer outra entidade do tipo e a vinculação destas entidades com grupos políticos, seja de esquerda ou direita.

### **2.3 – Quais são as necessidades básicas da população da área para serem conquistadas:**

- a) moradia;
- b) saúde;
- c) saneamento;
- d) educação;
- e) pelo fim da violência policial e para-policial;
- f) pela educação pública e gratuita e várias outras
- g) saber também o nível de combatividade e capacidade de organização da população local, sua escala de valores e o imaginário popular (se existem figuras, mesmo que folclóricas, de resistência popular).

#### **2.4 – Identificar possíveis aliados:**

- a) identifique todas as vias de acesso que você poderá usar nos processos políticos de sua comunidade;
- b) aproxime-se dos possíveis aliados e conheça-os melhor;
- c) dirija sua informação para o público, eles serão persuadidos mais facilmente que a direção da entidade a que pertencem.

#### **3 – Iniciando o trabalho do núcleo**

É sempre recomendável iniciar um trabalho de inserção em bases onde os militantes estejam naturalmente dentro, ou seja, mais fácil de se inserirem. Mas, quando não existem estas condições prévias, um projeto político de aproximação e inserção pode tornar viável o trabalho de base - ainda que num primeiro momento seja mais difícil.

Também facilita a entrada em um trabalho de inserção estando-se legitimado dentro de uma entidade de base ou movimento com uma certa projeção e buscando através deste um canal de entrada.

O núcleo tem de saber avaliar suas forças e nunca assumir mais tarefas de inserção do que aquelas que pode sustentar. Além do mais, a necessidade de incidir na conjuntura e de dispor forças para um acionar conjunto, irão tornar necessário que se elejam segmentos prioritários para a inserção.

Quando dizemos prioritários não trata-se de imaginar este ou aquele segmento é por excelência destinado a realizar a revolução social, mas sim concentrar forças em algum trabalho que avaliamos ser potencial de transformação. No entanto, com o nosso crescimento e amadurecimento devemos buscar incidir nos mais diferentes segmentos. É um projeto político permanente, aumentar a capacidade de inserção da Resistência Popular para o maior número de segmentos populares possível.

Depois de mapear o terreno, o núcleo está conhecendo melhor onde pisa. Mas o núcleo tem que avaliar sua própria situação para definir melhor o que fazer. Podem existir dois casos:

- a) ninguém do núcleo mora na área e o núcleo não tem inserção social;
- b) um membro do núcleo mora na área, tem inserção social natural na área.

Juntando a avaliação sobre o mapeamento da área e a situação dos membros do núcleo pode-se escolher o caminho da inserção social ou o caminhar diretamente para as lutas mais concretas. Uma discussão mais precisa sobre este ponto pode ser encontrada em nosso programa.

#### **4 – As formas de trabalho militante**

Nosso trabalho militante se faz através de alguma questão concreta. Esta questão concreta pode variar bastante de lugar para lugar, portanto não dá definir exatamente qual a questão ou quais as questões se devem enfrentar, pois a realidade muda muito dependendo da região. Há duas formas de trabalho militante:

- a) As que mexem com as necessidades materiais: moradia, saúde, alimentação, água, luz, saneamento básico, transporte, ecologia social, etc.
- b) As que trabalham mais no plano ideológico: comunicação, cultura, educação, direitos humanos, racismo, gênero, etc.

O primeiro grupo é o mais adequado para quem precisa ganhar inserção social. O segundo é típico de quem passou ao plano das lutas mais concretas. Mas, mesmo no caso de quem já passou às lutas mais concretas, as atividades do primeiro grupo devem seguir acontecendo paralelamente. Não se deve abandonar projetos de educação popular, comunicação, cultura, etc.

O que acontece é que neste momento eles passam a cumprir uma outra função. Antes serviram para garantir a inserção social do núcleo, agora garantem a atividade permanente no espaço social em que o núcleo atua (associação de moradores ou núcleo de Resistência Popular), auxiliando as lutas mais concretas, trabalhando a consciência de quem se engajou nas lutas, enfim mantendo o fogo aceso nas mais variadas conjunturas.

## **5 – Aglutinar diversas lutas em uma mesma área geográfica**

Nos trabalhos de base onde temos inserção, nosso objetivo é fazer de cada entidade um pólo aglutinador da solidariedade de classe, apoiando mutuamente diversos outros movimentos e lutas populares. Isto se torna essencial no avanço de qualquer luta para que esta não se tome isolada ou um fim em si mesma.

Por isso, o conjunto de nossos trabalhos de base deve seguir um planejamento de modo a não surgirem como lutas isoladas, diluindo nossas forças e aumentando as chances de derrota. Para termos um real instrumento de pressão é necessário federarmos as várias lutas.

Um espaço físico para isso é necessário. Poderá ser a associação de moradores ou o núcleo de Resistência Popular conforme o caso.

Temos de estar nestas lutas específicas e trabalhar pela unificação e autogestão de todas elas. Para que somadas, e dentro de um projeto de transformação, possamos ter a chance de processo de ruptura revolucionária através do povo auto-organizado. É tarefa da Resistência Popular defender o protagonismo dos Movimentos Populares e seus avanços.

## **6 – Postura Militante e Identidade Popular Classista**

O militante deve estar dentro dos movimentos populares assim como um “peixe dentro d’água”. Os militantes não podem ser bichos exóticos ou burocratas de plantão falando um idioma que nenhum trabalhador entende. Temos que ser e falar como nossa gente, nos fazendo entender com os mais simples dos brasileiros.

Um militante deve ter a simplicidade, deve falar sua língua e não a complicada linguagem dos revolucionários de gabinete, cheio de conceitos academicistas, e tudo mais que se dizem que é o pensamento da classe trabalhadora, mas que nenhum trabalhador entende.

Mesmo quando o militante tem uma origem de classe contrária a classe com a qual lutamos, com convivência, esforço e vontade é possível conseguir sua legitimação por entre o movimento popular, quando ele estiver legitimado por seu trabalho, pelo respeito das pessoas que o conhecem e viram-no lutar lado a lado pelos mesmos objetivos.

Um militante deve respeitar a cultura, religião, crenças, comportamentos e os valores do lugar onde se insere, procurando estar atento a tudo isso, procurando entender as entrelinhas, as indiretas, as fofocas de vizinhança, as conversas de botequim. Tudo isso deve ser levado em conta, pois nós sabemos a importância do imaginário popular e das questões cotidianas na luta popular.

Deve procurar construir, sempre junto com o coletivo, valores de solidariedade, luta, responsabilidade, iniciativa, auto-organização, participação, o anseio por uma nova sociedade.

Deve combater os valores de competitividade, picuinhas, comodismo, racismo, fofoca, inveja, preguiça, alcoolismo, drogas, paternalismo, machismo, violência entre o povo, ignorância e assistencialismo.

## **7 – Infra-estrutura e rede de apoio para o trabalho de inserção social**

A busca de infra-estrutura é um trabalho a se realizar em conjunto com a militância. Uma infra-estrutura básica constitui local próprio para as reuniões, telefone, endereço para contatos, computador e impressora, fundo permanente, estoque de material de propaganda e formação, etc.

Ela passa por se buscar os recursos necessários para o desenvolvimento dos trabalhos do grupo. Deve-se montar um corpo de assessoria com especialistas em áreas sociais de interesse (ex: a instância de base da Corrente vai promover uma ocupação urbana. Nesse caso é fundamental poder contar com gente de enfermagem, sanitário, pedagogia, topógrafos - para medir o terreno - arquitetos - para ajudar na construção de uma habitação digna e barata, etc.). A frente universitária é uma importante geradora desse tipo de rede de apoio.

Também devemos buscar acompanhamento jurídico-legal, tanto para os trabalhos de base mais difíceis, como para o dia-a-dia da militância. Tanto o apoio técnico, quanto o jurídico virão pela corrente.

### **Terminando**

Este é apenas o primeiro passo para termos um caderno de Frente Comunitária, com a nossa experiência e com o aumento do conhecimentos que adquirimos, a tendência é que este caderno seja reformulado e que mais coisas sejam acrescentadas a ele no futuro.

# TRABALHO DE BASE E INSERÇÃO SOCIAL

## Resistência Popular (Rio de Janeiro)

Trecho de um documento produzido a partir do “Seminário de Organização Pró-Resistência Popular – RJ”, de janeiro de 2000.

O documento traz elementos interessantes para pensarmos a inserção social. Nele, **diferencia-se a idéia de inserção social e trabalho de base**. Abaixo estão alguns trechos.

- Mas por que exatamente o termo “trabalho de base”? Este termo remete a três sentidos fundamentais:
  - 1. de que lança as bases de um **projeto de poder e/ou de reorganização social**.
  - 2. de que em cima desta base, estruturam-se as relações sociais de novo tipo e, nestas bases, reside todo o poder sobre estas relações.
  - 3. de que a **luta social deve partir de uma base cotidiana – o real de cada um – do que é, e não do que gostaríamos que fosse**.
- O **trabalho de base é, assim, o trabalho que parte do cotidiano, estrutura-se em função da realidade (das necessidades e vontades locais) e busca lançar os fundamentos de uma nova relação de poder**.
- A “base” em contornos mais concretos ganha o sentido de “comunidade”, ou seja, é a base local onde se realiza a vida de determinado grupo ou segmento social.
- Quando mencionamos o termo “base”, designamos o **estado ou a situação de vida de uma dada comunidade/grupo/segmento em que se expressa diretamente a sua realidade**. Para o trabalho de base, o pressuposto fundamental reside na **compreensão das questões essenciais que afligem/atingem uma dada base local**. Neste sentido, o caminho para um trabalho de base que dê certo só pode ser o da **vivência da “base”**, porque, se por um lado, **só se pode fazer um trabalho de base coerente e eficiente conhecendo a comunidade local, só se pode conhecer esta realidade através da vivência e da experiência em meio a ela**.
- O objetivo do trabalho de base na nossa concepção, é inserir em meio a realidades diversas a opção de uma **organização social estruturada em função das necessidades e vontades da base local, orientadas por um modelo de gestão horizontalista e pelos princípios da democracia socialista revolucionária, igualdade e liberdade**. A partir da inserção em realidades locais, e da identificação das questões essenciais para a comunidade, as nossas tarefas são:
  - 1. contribuir para que estas questões sejam conectadas com questões de ordem geral (políticas, econômicas e culturais), apontando para a **elevação do nível de consciência da situação global**.

- 2. **mobilizar a luta em torno dos problemas imediatos** que, longe de estarem em contradição com os problemas estruturais, podem ser um caminho para a ampliação da própria visão de mundo.
  - 3. gerar possibilidades de **novas experiências, no que tange a participação e a organização.**
- Nossa tarefa **não é “educar” a “base”** mas, contribuir com ações positivas para que surjam outras experiências e, por meio destas experiências, as pessoas eduquem a si mesmas.
- Nós **não levamos “consciência” às “bases”, nós levamos ações e experiências que contribuem para a geração de consciência.**
- O nosso compromisso fundamental é então de levar ações propositivas aos mais diversos níveis da sociedade e, a partir da base, trabalhar para que a reestruturação das relações sociais se dê em função das necessidades e vontades locais. Mas daí, não podemos incorrer em **dois erros** que normalmente os grupos ativistas caem:
  - A **vitimização da base**
  - **Reboquismo** em relação às bases
- **O vitimismo considera que a ação em meio à base é em si autoritária**, e por isso contraditória com os princípios libertários. Na verdade essa visão é que é autoritária e conservadora, pois considera o povo incapaz de se auto-afirmar frente a determinadas ações e proposições. Nós consideramos que o povo é plenamente capaz de realizar suas escolhas e fazer valer sua vontade, e temos o dever de colocar as nossas propostas à sua disposição para que ele as julgue. Além disso, essa visão estimula algo que existe no leninismo, que crê que a consciência é externa ao povo. Nós nos consideramos como mais uma parte integrante dele, e por isso temos legitimidade para, enquanto povo, fazer valer as nossas posições.
- **A consequência drástica dessa visão é o imobilismo. Não se faz nada para “não ser autoritário com o povo”.**
- Um outro erro é o do **reboquismo, que consiste em não sermos capazes de diante da não aceitação das nossas propostas, firmarmos nossa posição.** O que pode acontecer? Ficarmos à reboque de posições conservadoras, e isso para “acompanhar as bases”.
- O trabalho de base visto dessa forma ganha o caráter **de luta entre diferentes culturas e diferentes projetos.** Ao estarmos inseridos em uma base, desenvolvemos um trabalho que está em conexão com um projeto que não se reduz às condições locais, pelo contrário, tem a pretensão de ser o elo de conexão entre as várias realidades locais no sentido de lançar as bases de uma nova estrutura e de um novo sistema de poder.
- Assim sendo, em nossa concepção de trabalho de base, existem duas dimensões, **a dimensão do convencimento ou de persuasão e a dimensão da luta. Nós queremos convencer, mas também queremos vencer.**
- **A inserção social que se dá através do trabalho de base é a inserção do nosso projeto nas realidades locais, ou seja, na vida das bases populares.**
- Não é a inserção de pessoas físicas, apesar de ser inconcebível a inserção de propostas sem a inserção de pessoas, mas a inserção ou a presença física de pessoas não garante nada. **É preciso influenciar o meio social do qual se faz parte, de forma a fazer valer o nosso projeto.**
- Uma das **metas do trabalho de base é a formação de militantes**, entendida enquanto o processo de capacitação de ativistas para a potencialização do

próprio trabalho. Apesar da experiência gerar conhecimentos, ela às vezes, não é suficiente para a aquisição de uma visão o mais ampla possível das possibilidades. Neste caso, o trabalho de base tem de atentar para a questão de como viabilizar o fomento da discussão, do debate, do estudo, enfim, dos mecanismos de construção e produção de conhecimento para não ficar reduzido a uma visão simplista e pragmática do processo social. Isto contribui para constante renovação, não só das idéias, mas também das **pessoas e dos quadros do movimento social, e qualifica a participação das bases.**

- Podemos resumir então a idéia e os objetivos do **Trabalho de Base** nos seguintes tópicos:
  - **Inserção direta em movimentos populares de maneira cotidiana; atuar nos movimentos organizados impulsionando aqueles que não constituem a direção: trabalho local vinculado e/ou coordenado com um projeto global.**
  - **Formação de quadros para a revitalização do movimento.**
  - **Transformar a estrutura dos diversos movimentos populares de forma que a democracia direta e o respeito à base sempre prevaleçam.**
  - **Ter uma postura propositiva, sem omissões durante e perante as possíveis disputas.**
  - **Contribuir para que a vontade popular seja respeitada e possa se fazer valer.**
  - **Organizar as bases um poder que se oponha radicalmente ao poder vigente.**

**CURSO 18**

**METODOLOGIA PARA O  
TRABALHO DE BASE**

# METODOLOGIA PARA O TRABALHO DE BASE

Clodovis Boff

“É preferível errar com o povo que acertar sem ele.”  
“É melhor dar um passo com mil do que dar mil passos com um.”

## A ARTE DO TRABALHO COM O POVO

Não se pretende ditar aqui os mandamentos ou receitas de como trabalhar com o povo de modo concreto. Trata-se apenas de examinar como está se dando hoje esse trabalho e expor as indicações ou tendências mais fecundas que a própria prática está sugerindo. Nada do que é dito aqui deve ser entendido de modo dogmático. Isso, sobretudo, porque o trabalho popular é uma *arte* e não uma ciência. Não existem propriamente regras fixas de trabalhar com o povo. O que existem são apenas balizas, setas indicadoras. Acerta-se no trabalho popular através de “tentativas e erros”. É impossível dar sempre certo.

Dirigimo-nos aqui ao agente de trabalho popular: educador, profissional liberal, técnico, político, sindicalista, padre, etc. Temos em mente principalmente o chamado “agente externo” – aquela pessoa ou agência que “vai” trabalhar junto ao povo. Contudo, o que se diz aqui vale também para o “agente interno”, o “agente popular mesmo”, isto é, aquele que surge do próprio povo e aí exerce um papel educativo ou político. Na verdade, a distinção entre “agente externo” e “agente interno” se enfraquece e quase desaparece na medida em que o “agente externo” se insere no universo popular tornando-se povo e na medida também em que o “agente interno” ou “popular” cresce em experiência e qualificação no seu trabalho. Aliás, é a própria dinâmica do trabalho popular que leva a essa aproximação progressiva.

Notemos também que nesse texto falaremos normalmente em “povo”, compreendendo por esse termo o conjunto das classes oprimidas ou subalternas. Entenderemos sempre “povo” não no sentido “clássico” (de “nação”), mas no sentido “classista” (de “classes populares”).

Esse texto não deve ser usado como um receituário ou cartilha, mas como uma caixa de ferramentas. Nele se encontram instrumentos de toda sorte, uns mais úteis outros menos. Ora, de uma caixa de ferramentas toma-se o que interessa ao próprio trabalho.

## SISTEMA DE DOMINAÇÃO E ESTRUTURA DE CLASSES

Este é o grande dado de entrada a se levar sempre em conta no trabalho popular: a divisão social do trabalho em trabalho intelectual (decisão) e trabalho manual (execução) o seu desdobramento na divisão de classes em classes dominantes e classes dominadas. Esta situação real – aqui apenas indicada – há de permanecer como pano de fundo em todo o trabalho popular. Este, na verdade, arranca dela (quanto à sua forma de organização) e vai na linha de sua superação (sociedade igualitária). Esta constante elementar e geral já fornece a linha de base do trabalho popular: *reforçar a posição do povo* (seu saber e poder). Pois não é verdade que a existência e a consciência do povo sejam simplesmente as de seus dominadores (alienação absoluta). Não, o povo tem uma existência e consciência próprias, porém dominadas, reprimidas, controladas de fora e

de dentro (introjeção), justamente pelas classes dominantes.

## O AGENTE EXTERNO E O AGENTE INTERNO

*O agente externo necessita de uma “conversão de classe”.* O que importa, sobretudo, não é onde se está, mas de que lado se luta. O que conta não é a origem de classe, e nem a situação de classe, mas a posição, opção e prática de classe. Trata-se aqui de “passar para o povo”, de se situar a seu lado na luta por uma sociedade nova.

Fiquemos no agente de “classe média”, que é de onde a maioria dos “agentes externos” provém. Porque essa classe não constitui uma classe essencial em nossa sociedade e porque nem constitui uma classe *definida*, sua ideologia – como seus interesses – não é igualmente definida. Por isso, a definição ideológica da “classe média” é essencialmente sua *indefinição*. Eis alguns traços “característicos” de sua ideologia: 1.) Posição *em cima do muro*, que pode ser expressa nas seguintes atitudes: oscilação ora à direita e ora à esquerda, de onde há pouca firmeza nos compromissos; oportunismo, que faz tomar a posição mais conveniente ao momento; pretensão ao neutralismo político; crença nas soluções negociadas a qualquer preço (colaboracionismo de classe). 2.) *Gosto por teorias abstratas*, que se exprime em: brigas de idéias e não de práticas (para fugir ao compromisso); tendência à intelectualização dos problemas, a fugir para as nuvens, a adotar um universalismo vazio, a desmaterializar as coisas; revolucionarismo retórico, sem maiores conseqüências; sectarismo político, com traços de fanatismo e ressentimento; pretensão intelectualista de dirigir o processo histórico e guiar o povo; moralismo na compreensão e solução das questões sociais. 3.) *Individualismo*, manifesto em: isolacionismo social e ideológico (“quantas cabeças tantas sentenças”); egoísmo de interesses (“cada um por si...”); falta de espírito de corpo, de classe (já que não existe como classe definida); privatismo na solução dos problemas (“depende de cada um”); interiorização espiritualista dos conflitos na forma de “crises existenciais”, etc.

É de toda essa mentalidade, e dos interesses que ela esconde/manifesta, que o agente-classe-média deve se despojar se quer se aproximar das classes populares para servi-las. Na verdade, mais que de uma conversão, trata-se de uma *definição de classe*. É claro, essa definição só pode ser feita no próprio processo de relacionamento com o povo.

Vimos o que o agente deve deixar. E o que deve guardar para repassar ao povo? Deve guardar todos os *valores humanos e culturais* que são úteis para a luta e a libertação do povo. Ora, entre os valores *da* classe (sem serem *de* classe) que o agente de classe média deve guardar podem-se contar: habilidades técnicas úteis a todo o povo: ler, escrever, contar, curar, bater a máquina, encaminhar um processo, etc.; informações de caráter histórico e de atualidade; capacidade teórica para analisar a realidade e sistematizar conhecimentos; valores de caráter humano, como o cultivo da subjetividade (que na classe média só tem de viciado seu lado exclusivo e excludente), etc.

O agente interno também pode ser chamado à conversão, justamente na medida em que tem o *opressor introjetado* dentro de si e que por isso pensa e age segundo modelos alienados. Ora, tal situação não é rara entre os dirigentes das associações populares (pelegos, etc.). Nesse caso, o próprio agente oprimido necessita de conversão: conversão à própria classe e à sua libertação coletiva. Evidentemente o processo de conversão aqui obedece a uma dinâmica própria. É a dinâmica do próprio trabalho popular de que estamos aqui tratando. Ou seja: é no processo da reflexão/ação que o agente popular alienado pode se converter (sobretudo se for apenas ingênuo) ou então se revelar e desmascarar (se for mal-intencionado). Mas tudo isso se verá melhor mais adiante.

## MODELOS DE AGENTES: ANIMADOR E PATERNALISTA

<i>Modelo do agente (animador)</i>	<i>Contramodelo do agente (paternalista)</i>
1. É como um <i>parteiro</i> (maieuta): auxilia a mãe a dar a luz.	É como um <i>genitor</i> ou pai: engendra realmente o filho.
2. É como um <i>agricultor</i> : cuida da terra para que produza bons frutos.	É como um <i>artesão</i> ou <i>fabricante</i> : manipula as coisas para produzir outras.
3. É como um <i>médico</i> : trata do corpo para que conserve ou recupere a saúde.	É como um <i>general</i> : dá ordens para avançar ou recuar, etc.

### Expressões de sua Função Específica

Ativar energias internas, despertar, suscitar, estimular.	Influir através de uma força de fora e de cima, infundir luz e saber.
Induzir, animar, fazer-refazer.	Conduzir, levar, fazer-sem-mais.
Servir, ajudar, reforçar, contribuir, secundar, assessorar.	Fazer no lugar, servir-se de, arrastar, presidir.
Dar condições, propiciar, facilitar, dar lugar, fazer espaço.	Criar, produzir, causar, instaurar, construir.
Coordenar forças em presença, articular, agenciar.	Ordenar (e condenar), mandar, liderar, administrar.
Estar no meio, animando.	Estar à frente ou acima, puxando.

### Atitudes ou Qualidades Típicas

Atenção, ausculta, abertura.	Intervenção, iniciativa.
Cuidado, respeito, paciência.	Coragem, agressividade.
Fineza, tato.	Esperteza, "táticas".

Por isso mesmo, todo o esforço do agente é reforçar o poder do povo até que este atinja sua autonomia ou autogestão entendida como o controle de suas próprias condições de vida. Daí que a grande questão do agente educador é se sua ação leva o povo ao crescimento e à liberdade cada vez maior ou ao contrário. Isso supõe que a interferência do agente externo vá diminuindo em proporção inversa, até que o povo possa se apumar sozinho.

### INSERÇÃO SOCIAL

Para que isso tudo possa se realizar, é absolutamente necessário que o agente se insira no meio popular. Quando se fala aqui em inserção, entende-se por esse conceito uma presença ou contato *físico* com o universo popular. Trata-se aí de participar concretamente da vida do povo, de conviver com ele, de estabelecer com ele um laço orgânico. Sem esta inserção real o agente: não terá condições objetivas de se desfazer de suas taras de classe; não poderá evitar o autoritarismo ou as relações de dominação no exercício de seu papel pedagógico; e também não terá condições de assumir uma mística e uma metodologia realmente libertadoras. É evidente que a inserção física, local mesmo, não basta. Mas é uma condição indispensável e fundamental.

#### Inserção do agente externo

Podemos aqui identificar esses graus ou formas crescentes de inserção:

1.) *Contatos vivos*. É a forma mais elementar de sentir a realidade do povo. Trata-

se aí de uma presença passageira e descontínua com o mundo da pobreza e opressão. Esse é o nível mínimo necessário para se poder assumir realmente a causa do povo e realizar o próprio engajamento por sua libertação. Mas esse compromisso só pode ser mantido de forma correta e continuada somente à condição de existir uma vinculação orgânica mínima do agente com o povo. Perigo de se tornar apenas uma espécie de turismo.

2) *Participação regular*. Temos aqui já um modo de inserção mais avançado. Neste, escolhe-se uma comunidade de referência ou de incardinação, cuja vida se acompanha de forma constante ou em cujas práticas concretas (pastoral, sindical, etc.) se toma parte de modo contínuo.

3) *Moradia*. Morar num bairro popular é uma forma de mergulhar mais a fundo nas condições de vida dos oprimidos. A vantagem desse nível de inserção é a assimilação do universo social, sobretudo cultural, dos oprimidos por efeito de impregnação que ele permite. Aliás, é a esta forma particular que se faz alusão hoje quando se fala em inserção nos meios populares.

4) *Trabalho*. Eis aí um modo exigente de partilhar da experiência de vida das classes populares. Trata-se aqui de uma inserção no seu mundo de trabalho (produtivo), que marca toda a sua existência de modo determinante. A inserção aqui é tanto mais fecunda quanto mais decisiva e rica a esfera em que se dá.

5) *Cultura*. A inserção supõe, nesse nível, que se incorpore o estilo de vida de povo na linha do morar, falar, vestir, comer, pensar e até do orar e crer.

Por outro lado, é também a partir da inserção do agente no povo que este poderá elevar seu nível de consciência, organização e luta. Assim, a inserção só pode se entender proximamente dentro da perspectiva da aliança ou diálogo agente-povo e, mais longinquamente, dentro da perspectiva maior da libertação social.

### **Inserção do agente interno**

Contudo, para o agente popular, a questão se coloca também, mas de modo distinto. A necessidade de inserção corresponde para ele à *participação* nas lutas do povo. É a partir daí que o agente se qualifica como tal e não a partir de designações exteriores. Outra questão do agente popular é, uma vez em função, não se desligar da base, mas continuar enraizado e inserido nela. Pois como estamos vendo, tal é a condição prévia para um correto trabalho popular.

### **MÍSTICA DO TRABALHO POPULAR**

Na raiz do trabalho popular e da própria inserção encontramos um conjunto de convicções e motivações fundamentais que fundam e animam o compromisso do agente com o povo. Sem mística, qualquer método de trabalho popular se torna facilmente técnica de manipulação e as regras metodológicas acabam se transformando em fórmulas rígidas e sem alma.

1. *Amor ao povo*. Sem amor ao povo, sem simpatia e bem querer para com as pessoas do povo, não é possível um trabalho libertador. Para isso importa um contato vivo com o povo. Só a partir daí pode se estabelecer com ele uma “conexão sentimental” (Gramsci) que seja fecunda. Não é muito difícil perceber quando um agente quer realmente bem ao povo e é, por sua vez, querido por ele: é quando as relações entre um e outro são de igualdade fundamental. O sinal mais evidente disso se encontra na *liberdade de palavra* que o povo tem diante do agente. O falar franco e mesmo crítico é índice de uma relação fraterna e madura. Passemos por cima do agente *autoritário*, que odeia e despreza o povo (até seu “cheiro”). Evidentemente, diante dele o povo tem a palavra *presa*. Mas com o agente *paternalista*, que parece amar o povo e

ser querido por ele, as coisas não se passam de modo muito diferente. A atitude do povo diante dele é de expectativa, de gratidão servil e de dependência. E o sinal mais claro desta dependência é a palavra-eco, a palavra-reflexo: o povo diz o que o agente espera que ele diga e não aquilo que ele mesmo realmente pensa. Quando falamos aqui em amor ao povo, incluímos nessa atitude de fundo uma carga inclusive *afetiva*. Na verdade, se na base da relação pedagógica (sempre no sentido da *Paidéia*) não há essa raiz de afeição e ternura, não se vai muito longe. “Hay que endurecerse, pero sin perder la ternura jamás” (Che). O trabalho popular há de ser um “ato amoroso” (Paulo Freire). Ou melhor, há de se desenvolver dentro de um “espaço amoroso”. Sem essa atitude espiritual, toda metodologia cai no behaviorismo, transformando-se em tecnologia da estimulação.

2. *Confiança no povo*. O agente não ama o povo porque este é oprimido. Isso seria pietismo. O agente o ama porque, sendo livre, está oprimido. Ama-o porque deveria ser reconhecido e se encontra humilhado. Por isso, ao pé do trabalho popular deve haver essa confiança básica no povo. Confiança em sua sabedoria e capacidade de compreensão. Confiança em sua generosidade e capacidade de luta. Confiança em sua palavra. Evidentemente, a confiança no povo não é ingenuidade e irresponsabilidade. Existem as preparações e precauções necessárias. Mas todas essas providências pedagógicas tomam lugar no seio dessa atitude primeira: confiar no povo como sujeito principal da história. O contrário disso é o medo. E medo do povo só o têm os déspotas, por sua força, e os dirigentes paternalistas, por sua pretensa fraqueza. Esta confiança básica na força (potencial) do povo dá ao trabalho popular um tom de esperança e mesmo de alegria fundamentais.

3. *Apreço ao que é do povo*. Apreciar as coisas do povo tem aqui o sentido, por sinal popular, de observar com simpatia, e olhar degustando o que se está vendo. Não se trata aqui de uma observação curiosa e interesseira, mas de uma atenção afetiva e interessada às coisas da vida do povo. É perceber e valorizar as manifestações positivas da cultura popular. De antemão, o popular merece que seja considerado com simpatia. Usar aqui sistematicamente a presunção da alienação é falsear todo o relacionamento do agente com os modos de vida do povo. Sabemos que o discurso do povo é o discurso da própria vida e que é mais gestual que verbal. Por isso mesmo, importa sobretudo observar. E também escutar. De fato, a intervenção do agente se dá dentro de um processo de luta que já foi desde sempre iniciado pelo povo. O agente não é um inaugurador, mas um continuador. Não um fundador, mas um seguidor. Não um pai, mas um irmão. Não um senhor, mas um companheiro. Desconhecer a luta da comunidade é muitas vezes enganar a própria contribuição no aéreo dos próprios projetos abstratos. A história não começa com o agente, mas sim com o povo. Em suma, um trabalho popular só é radicalmente libertador quando arranca dessa raiz: uma atitude acolhedora e positiva por toda manifestação do espírito do povo: modos de falar, de educar os filhos, de vestir, de cozinhar, de comer, de ajeitar a casa, de se divertir, de trabalhar, de amar, de cuidar de saúde, de tratar dos velhos, de se relacionar com os poderosos, de imaginar Deus e os santos, de rezar, etc.

4. *Serviço ao povo*. O agente que vai ao povo só pode ir movido por um espírito de serviço, no sentido de se colocar *à disposição* do povo e de seus interesses verdadeiros. Essa atitude implica em assumir uma posição hétero-centrada, ou seja, voltada para o outro e para sua libertação. Servir significa assumir um papel subalterno, colocando-se não à frente, mas ao lado ou no meio do povo. Servir jamais pode significar uma relação de condescendência, a qual muitas vezes esconde um desprezo sutil e inconsciente para com o povo. Servir é mais trabalhar *com* o povo do que *para* o povo. *Servir* ao povo facilmente toma a forma de *servir-se* do povo. Viver *pele* povo

muitas vezes não passa de um viver *do povo*. E aqui aparece o vício do paternalismo. Contudo, há um critério infalível para desfazer todos os equívocos do serviço: se com ele se cria mais *autonomia* ou mais dependência; se ele se liberta ou se amarra. Com a disposição ética e espiritual do serviço, o agente coloca o povo no centro de suas atenções. Mas trata-se, mais uma vez, do *povo-sujeito* e não do povo objeto. E colocar o povo sujeito no centro é considerá-lo dono de seu destino e artífice de sua caminhada. É, em suma, levar a sério sua liberdade e sua autonomia, sua potencialidade e sua esperança.

5. *Respeito à liberdade do povo*. Considerar o povo como sujeito, confiar nele e em seu potencial histórico implica em respeitar o povo quanto à sua palavra, sua caminhada e sua iniciativa. Em primeiro lugar, o povo deve ser respeitado em sua *palavra*. Seja lá o que diga, mesmo de alienado ou conservador, o povo deve ser ouvido com atenção e respeito. Nada mais deseducativo do que, com palavras ou gestos, exprimir desdém, aborrecimento ou aversão a respeito da opinião – qualquer que seja – de alguém do povo. Tal atitude inibe a pessoa, reduz-la ao mutismo e a afasta do trabalho comum. Não que esse respeito implique automaticamente aprovação. Mas qualquer crítica que se possa ou deva fazer a uma palavra do povo só se mostra construtiva na base e a partir de uma atitude fundamental de respeito e escuta anteriores. De fato, a conscientização é um processo de autoconscientização, ou melhor, de interconscientização. Não é inculcação doutrinária ou matracagem ideológica. Ela se dá no diálogo entre todos, agenciado pelo agente. Por isso mesmo a palavra do povo deve ser dita e ouvida em plena liberdade. Em segundo lugar, respeito pela *história* do povo e por sua prática em curso. [...] Em terceiro lugar, respeito pela *iniciativa* do povo. Alude-se aqui às propostas ou sugestões do povo (da base) e à sua ação criativa e espontânea.

## MÉTODO DO TRABALHO POPULAR

Tomamos aqui método como o conjunto de regras ou diretrizes práticas que servem para orientar uma ação concreta, no caso o trabalho do povo. Essa intenção é, talvez, por demais pretensiosa. Por isso, seria melhor falar em linhas de ação, pistas ou simplesmente de indicações ou de balizas práticas para a ação concreta. É preciso também dizer que o trabalho popular tem aqui um caráter decididamente político. Falando mais claramente, ele visa a transformação da sociedade. Não que a política seja tudo, mas tal é mais premente desafio histórico (não certamente o único nem o principal em si) que o povo oprimido está vivendo hoje. Como se dá o trabalho popular? Ele se dá dentro deste quadro geral: a combinação entre *ação e reflexão*. Fala-se também na dialética *práxis/teoria*. De fato, as questões sociais se resolvem através da *prática* e da *compreensão* da prática.

Portanto, é nesta articulação entre as mãos (agir) e a cabeça (pensar) que se dá o trabalho com o povo no sentido de mudar as relações sociais. Esta é a “junta” que puxa o carro da história. A união da prática e da teoria é a relação motora do trabalho popular. Uma prática sem teoria é uma prática cega ou, no máximo, míope. Não enxerga bem e não enxerga longe. Enfia os pés pelas mãos e não vai à raiz dos problemas. Isto é: degrada-se em ativismo e, na melhor das hipóteses, em reformismo (muda as coisas do sistema, mas não muda o próprio sistema).

Não se resolvem os problemas apenas com a luta, o esforço e o compromisso, “enfrentando”, “botando pra quebrar”, “na marra”. É preciso ainda a inteligência da situação para ver as possibilidades de ação. Caso contrário, o que se faz é “dar murros em ponta de faca”. É o que se chama “voluntarismo”. Ora, nem tudo depende da boa vontade ou da força de vontade. É evidente: é menos possível ainda resolver os problemas ficando em discussões infundas e propostas “radicais”. Pois nada substitui a

ação direta e concreta.

De fato, uma teoria sem prática é ineficaz para mudar o mundo. É como ter olhos e não ter mãos. E só a prática, como ação concreta, que transforma o mundo. E a teoria existe em função da prática. Esta deve ter sempre a primazia sobre toda reflexão. Portanto, todo o trabalho popular necessita dessas duas coisas, ligadas entre si: teoria (reflexão, estudo, análise, compreensão) e práxis (prática, ação, compromisso, luta). Trata-se mais exatamente de dois momentos de um mesmo processo ou de dois tempos de uma mesma caminhada libertadora. Importante é que esses dois momentos estejam sempre articulados ou interligados entre si. Assim, a ação deve estar sempre iluminada e orientada pela reflexão e a reflexão, vinculada e referida à ação (feita ou a se fazer).

## **COMO INICIAR UM TRABALHO COM O POVO**

1. *Participar da caminhada.* Antes de qualquer trabalho com o povo, importa – e é bom aqui repeti-lo – estar, de alguma forma ou de outra, *inserido* no meio do povo. É preciso estar participando de sua vida, nem que seja apenas por contatos e visitas. É só a participação na vida e na luta do povo que dá base a uma pessoa ou agência começar um trabalho junto a ele. Pois é só dessa maneira que uma pessoa ou agência ganha a confiança do povo e adquire poder de convocação e mobilização popular. Esse é o primeiro momento do trabalho popular: tomar pé na realidade, banhar-se no ambiente em que vai trabalhar. Esse passo pode tomar a forma mais elaborada de uma sondagem em torno de algum problema (saúde, religião, etc.) sentido pela comunidade em questão. Convém, contudo, que tal empresa envolva, o quanto possível e desde o início, a participação de gente da própria comunidade.

2. *Partir dos problemas reais.* Os problemas sentidos pela comunidade aparecem como particularmente reais quando tomam a forma de um conflito, de uma necessidade premente, de um anseio ou demanda, de um interesse concreto. É da terra da realidade, especialmente da realidade contraditória, que pode nascer um trabalho popular promissor. Pois é em torno de necessidades ou interesses vitais que o povo pode se mexer, e não a partir de esquemas e propostas de cima ou de fora, por melhores que sejam.

3. *Encaixar-se o quanto possível na caminhada do povo.* A ação do agente busca se enxertar sobre as iniciativas, lutas e mesmo ações embrionárias já em curso. Daí a importância de descobrir, já desde o primeiro passo, o modo como o povo está reagindo aos problemas que tem. Não se trata, pois, de criar coisas paralelas às do povo ou de começar tudo do zero absoluto, quando já existem respostas ou elementos de resposta para o problema em pauta. O quanto possível, importa aproveitar o que já existe e, a partir de dentro, desdobrar esse primeiro embrião. Pode tratar-se de uma ação dita espontânea porque não ou pouco organizada. Pode ser um grupo já existente, uma associação determinada, com seus dirigentes populares próprios. É evidente que, com respeito a este ou aquele trabalho, é possível que não haja realmente nada numa comunidade definida (alfabetização, creche, sindicato, comunidade eclesial de base, etc.). Então, é preciso começar, mas sempre a partir de algum ponto de inserção, sobre o qual se enxerta a própria proposta.

4. *Convocar a comunidade.* É preciso, finalmente, tomar a iniciativa e chamar o povo para um encontro. Nada dispensa o chamado à reunião. É a experiência que o diz. Alguém deve começar a levantar a voz. E isso pode fazê-lo só quem vê o problema em questão e consegue exprimir claramente o que um grupo sente indistintamente. É esse o animador e não quem se dá por tal (por isso, essa competência se ganha no processo). Reunidas essas condições e reunido enfim o grupo em torno de um problema definido, está deslanchado o trabalho popular.

## METODOLOGIA DA EDUCAÇÃO POPULAR

Trata-se aqui da *educação popular*. Mais à frente, abordaremos o segundo momento – a da ação direta. Refletir não é agir, mesmo quando se reflete a partir e em função da ação. Igualmente, agir não é refletir, mesmo quando se age a partir da reflexão e se age pensando. Alguns elementos compõem o contexto da parte propriamente educativa do trabalho popular. São as condições que acompanham e enquadram o processo da educação popular.

1. *Diálogo*. Em primeiro lugar, importa evitar todo endoutrinação, que é o de enfiar na cabeça do povo sistemas de idéias ou esquemas de ação já montados. Educar não é endoutrinar. Evitar, pois, todo autoritarismo pedagógico. O papel do agente aqui é animar o debate e estimular a participação de todos no mesmo. É facilitar que a palavra corra livre e solta, como a bola num futebol bem entrosado. O povo aprende fazendo. Importa, pois, tirar as lições da vida. Para a maioria do povo, o aprendizado não passa pelos livros, mas pela realidade viva. A mediação não é cultural (escola, biblioteca, leituras, etc.), mas prática. Não é tanto pelo *Capital* de Marx que o trabalhador saberá o que é exploração, mas, sobretudo, por sua própria experiência de fábrica e sua luta no sindicato. Não é simplesmente por argumentos que o povo se convencerá de que tem força e pode se libertar, mas antes por uma ação concreta e efetiva (uma greve, uma manifestação de rua, etc.). Educar não é convencer. É pensar a própria práxis. Não é com razões que se poderá provar ao povo quem são os opressores, mas com ações concretas e reflexões sobre elas. Claro, a ação por si só, sem reflexão, não educa. Para ser educativa, a ação precisa ser digerida, assimilada. E essa é a função da reflexão. Mas de uma reflexão em “mutirão”, ou seja: dialogada. Seja como for, uma idéia só se fixa na alma do povo quando se enraíza no chão de sua própria vida. Se este chão não está preparado, pouco adianta semear.

2. *Participação*. Viver em comunidade ou sociedade é participar. Política é basicamente participação. Tudo começa com a participação na palavra, nos diálogos, nas decisões. Numa reflexão não há apenas um treino ou preparação à vida política. Já se dá aí vida política na medida em que acontece a partilha do saber, do pensamento e dos projetos. Independentemente dos conteúdos (se são diretamente políticos ou não), uma reunião deve mostrar, por sua dinâmica participativa, que se trata de democracia, do poder popular. E isso, mesmo quando se cuida de programar uma procissão, ou um piquenique. De fato, a luta não é apenas contra os *agentes da opressão*, externos ao povo, mas também contra as *relações de opressão*, internas ao povo, à sua consciência, e à sua prática cotidiana. Política é participar, é lutar contra toda opressão, seja encarnada em agentes concretos, seja em comportamentos determinados. Por isso, a política se dá também na vida cotidiana, desde a conversa à arrumação de uma sala. Desse ponto de vista, é preciso prestar muita atenção na contradição que ocorre freqüentemente entre a *proposta* libertadora e um *processo* autoritário que visa implementá-la; entre uma *meta* democrática e um *método* impositivo.

3. *Comunidade*. É junto que o povo se educa. Um é professor do outro. Um é aluno do outro. No grupo se dá a partilha das experiências e das lições que a vida ensinou. Como o povo é “sujeito histórico” do poder, assim é também o “sujeito coletivo do saber”. O grupo de reflexão é como uma “escola popular” em que a gente do povo é ao mesmo tempo educador e educando. Sem dúvida, o agente pode provocar a comunidade a dar um santo em frente. Fazendo parte do grupo e de sua caminhada, ele pode e deve contribuir para o crescimento da comunidade através do que ele mesmo vê e sabe. A comunidade é mediação: a.) de *conscientização*: nela e por ela se ganha uma consciência cada vez maior e mais crítica da realidade; b.) de *participação*: nela e por

ela aprende-se a entrar no jogo do dar e receber, do falar e escutar, do agir e ser agido, enfim assumir o próprio lugar e papel na transformação coletiva da realidade; c.) de *solidariedade*: nela e por ela adquire-se consciência de classe e se constrói a união em torno de um mesmo projeto de base; d.) de *mobilização*: nela e por ela descobrem-se, assumem-se e enfrentam-se os desafios comuns, etc.

### **MÉTODO DE REFLEXÃO COM O POVO: VER, JULGAR E AGIR**

O ritmo em três tempos: ver, julgar e agir não deve ser aplicado de modo rígido. O mais das vezes esses três momentos se superpõem nas diferentes intervenções.

#### **Ver**

O primeiro tempo da reflexão em grupo (ver) corresponde justamente à necessidade de partir da realidade. A reflexão engancha exatamente aí: no concreto da vida. O diálogo arranca, portanto, das “questões”, “problemas”, “desafios”, enfim da “vida concreta” do povo. Esta é, aliás, a prática da educação popular. Parte-se sempre da questão: “Qual é o problema?”, “Quais são os maiores desafios sentidos pelo povo do lugar?”, “Quais as lutas”, etc. O método aqui parte “de baixo”, “das bases”. Fala-se também em “método indutivo”, por deslanchar antes de fatos que doutrinas.

“Partir da realidade” parece mais claro do que é. Que é essa “realidade” de que se deve partir e em torno da qual se vai dialogar? É a realidade do povo, isto é, a realidade tal como o povo a vive e sente. “Partir da realidade” é, em primeiro lugar, partir de situações que afetam a vida do povo. Trata-se aqui de problemas que são sentidos como “desafios” e que pedem solução. Trata-se particularmente de “conflitos” que atingem a vida do povo e exigem uma tornada de posição. “Partir da realidade” é, também, partir das respostas que o povo está dando aos problemas e conflitos. São suas *lutas*: de fuga, resistência ou avanço. Aqui se levam em conta as práticas concretas do povo. Trata-se aqui de perceber o aspecto positivo da realidade: as reações do povo às suas dificuldades reais. “Partir da realidade” pode ser, em certos casos, partir de uma ação determinada em termos de revisão ou avaliação. Nesta se toma uma operação bem definida para ser submetida à crítica e ao discernimento. A importância de avaliar um trabalho e situá-lo dentro de uma trajetória ou de um projeto mais amplo. Pois é aí dentro que ele adquire um sentido; se significa um avanço, um desvio, ou, quem sabe, um recuo. Sem isso, o trabalho arrisca de se perder como algo de isolado e anedótico. A revisão deve evidentemente ser feita em conjunto, com todos os envolvidos, inclusive para se perceber como se deu o envolvimento de cada parte (comissões várias, etc.) no todo.

Uma condição importante quanto às revisões é o agente (mas isso vale a pena para todos) *manter a solidariedade a todo preço com o povo*, também e, sobretudo, nos momentos de fracasso. Mesmo no erro, a presença do agente é fundamental, não certamente para solidarizar com o erro, mas para ajudar a comunidade a assumi-lo e resgatá-lo.

#### **Julgar**

“Julgar”, nesse segundo momento (ou elemento), tem valor de analisar, examinar, refletir o que há “por trás” do que aparece, o que tem “por baixo” do que está acontecendo. Esta tentativa de superar as aparências é que define a “consciência crítica”. Trata-se de ver e captar as causas ou “raízes” da situação. Isso é necessário, porque a realidade social, a partir da qual se arranca, não é simples e transparente. Ela é complexa, contraditória e opaca.

A noção de “consciência possível”, ou do “novo passo” ou “nova luz” no processo

de conscientização é importante para se fazer frente a toda tentativa de doutrinário que quer enfiar na cabeça do povo todo de um sistema teórico, uma ideologia pré-fabricada. Uma teoria social global (tal a análise dialética) se transforma em dogmatismo quando é usada assim, de modo catequético e dogmático.

É claro que o agente tem por obrigação oferecer ao povo ou colocar à sua disposição instrumentos teóricos de interpretação social. Mas isso deve ser feito pedagogicamente, isto é: segundo o interesse do povo e ao modo dele.

### **Agir**

Quando se fala aqui em “agir”, trata-se naturalmente de propostas de ação e não ainda da ação concreta como tal. Para o agir, é da maior importância ater-se à regra da “ação possível”, ou do “passo possível”. Por outras, há que perceber qual é o “histórico viável”. Não o que se “gostaria” de fazer. Nem o que se “deveria” fazer. Mas o que se “pode” efetivamente fazer. Querer fazer mais que o possível é como querer “dar o passo maior que a perna”. É queimar as etapas. Ora, é nesse perigo que pode cair o agente, mais tentado de idealismo (ou irrealismo) que o povo, em geral.

Querer “forçar a barra” pode ser contraproducente e resultar em recuo. Aqui o revolucionarismo tem o mesmo efeito que o reacionarismo: os extremos se tocam. Isso acontece quando não se analisam corretamente as possibilidades da situação, ou seja: as condições concretas da luta.

Os dois erros nesse sentido são conhecidos: a.) o *voluntarismo*, quando só se conta com a disposição subjetiva do povo, sem levar em conta as condições reais da ação e a correlação das forças em presença; b.) o *espontaneísmo*, quando se confia que o processo vai por si só levar a luta de modo determinístico. Para encontrar o caminho certo da ação não se pode nem superestimar e nem subestimar as dificuldades do povo e a força de seus adversários. A apreciação concreta das relações de força em jogo deve ser obra dos que estão em questão.

Em particular, numa situação em que a correlação de forças é extremamente desigual ou desfavorável tomar a ofensiva e atacar é temeridade. Significa buscar o fracasso. E empurrar o povo pra lá é uma irresponsabilidade. Nessas condições, sustentar as posições já conquistadas, resistir, não ceder ou, na pior das hipóteses, recuar um pouco para não ceder de todo, ou seja: adotar uma posição de conservar o quanto possível os passos dados, significa já uma vitória. Qualificar tudo isso de tradicionalismo ou conservadorismo é fruto de uma cabeça idealista, que toma seus sonhos pela realidade.

A caminhada do povo pode ser acelerada, em primeiro lugar, por essas chances ou oportunidades históricas. Trata-se de conjunturas ricas, em que se dá uma espécie de *condensação histórica*. É uma crise, um fato marcante, uma eleição, uma perseguição, etc. Se aproveitados, esses momentos podem ser uma ocasião propícia para a comunidade dar um salto qualitativo. Existe um segundo elemento que favorece a aceleração da consciência e organização do povo. É o contato com a experiência ou prática viva de outros grupos mais avançados. Tal contato pode se dar na própria prática ou mesmo em encontros de reflexão. Estes marcam para muitos um ponto de arranco ou um salto decisivo. Na verdade, povo não é apenas o povo com quem se trabalha. É uma entidade social maior com o qual se mantém laços históricos. Em terceiro lugar, o que favorece ainda a marcha do povo é o ambiente social que se cria e que impregna de certo modo a todos. É o que sucede nas áreas já mais trabalhadas por todo um processo de luta e em algumas igrejas que têm uma pastoral de conjunto assumida, de corte popular.

Quanto aos tipos de ação concreta, sabe-se que existem: a.) ações *autônomas* do

povo (mutirões, etc.); b.) ações *reivindicativas* (abaixo-assinados, manifestações, etc.); c.) ações de *organização*, seja para fundar ou para recuperar algum órgão popular (sindicatos, associações, etc.).

## **METODOLOGIA DA AÇÃO DIRETA**

### **Agir Corretamente**

Aqui colocaremos algumas indicações concretas para o momento da prática direta. São algumas sugestões soltas, que a experiência mesmo ensina. Esta parte – a da ação direta – depende muito mais do tato, da habilidade (a *métis* grega) e por isso da experiência que de estudos e reflexões. Se a educação já é uma arte (um saber fazer) a política (entendida aqui como toda forma de ação coletiva) o é mais ainda.

Evidentemente a primeira qualidade de uma ação coletiva é sua coesão ou entrosamento interno. O imperativo da união vale para todos, mas mais ainda para o agente. No momento da ação (do “pega”) o agente, mesmo e sobretudo externo, há que estar junto com o povo. Se a reflexão se faz junto, em termos de diálogo ou partilha da palavra, a ação também deve ser executada conjuntamente. Portanto, importa acompanhar o povo em sua caminhada. Com efeito, o agente, embora venha de fora, faz parte do processo e do povo. Ele assumiu a causa dos oprimidos e sua caminhada. Por isso deve acompanhá-los e assumir com eles.

Mas qual é o lugar do agente no processo vivo da ação? É claro, o agente não pode substituir o povo, adiantar-se e se tomar como o representante do povo. O agente externo não deve normalmente ter a liderança da ação popular. Mas isso não quer dizer que não possa e não deva ir junto, participar, acompanhar, enfim, marcar presença. Assim, a ação popular deve ser, e por isso mesmo, parecer uma ação coletiva, assumida por todos. Por isso o lugar normal da direção não é atrás, protegida das balas, mas também nem à frente, exposta facilmente ao ataque, porém, no *meio* do povo. Claro, não para se defender, mas para animar a luta.

### **Valorizar cada passo dado**

As idéias de “política”, “revolução”, “história” e “práxis”, suscitam imagens de grandeza e excelência inatingíveis. Elas carregam tal conotação de sonho e utopia que condensam todo o desejo de plenitude de uma existência alienada. O agente, por ser um intelectual, é particularmente vulnerável a essa sedução idealista. É que se dá aí mais importância ao *projeto* que ao *processo*. Sim, mudança do sistema: é o que se *quer*, mas é mais ainda o que se *faz*.

Não há dúvidas: há momentos de ruptura, de saltos em frente. Mas estes só acontecem após um largo período de “acumulação política”. Esta é que cria as condições de uma “revolução”. Por isso mesmo, é preciso começar e seguir em frente. E se começa sempre como a semente. Todos os começos verdadeiros são começos de humildade. Uma comunidade cresce a partir dos pequenos problemas que sente e tem possibilidade de solucionar (“passo possível”). Ora, os “pequenos problemas” não se opõem aos “grandes problemas”. Na dialética social, os “pequenos problemas” não são tanto parte dos grandes – os únicos dignos de atenção. São antes *reflexo* e *tradução* dos grandes.

Basta que aqui se sigam dois critérios básicos: 1.) que aquela ação vá *na boa direção*, isto é, que signifique um passo em frente na linha da mudança do sistema; 2.) que a ação seja *assumida pelo povo* como sujeito possivelmente protagonista da mesma. Valorizar as pequenas lutas não é nelas se comprazer, mas considerá-las dinamicamente como degraus necessários para uma ascensão maior. É justamente porque a caminhada é

longa e o termo luminoso que cada passo, por menor que seja, possui seu valor próprio.

### **Articular os passos com o objetivo final**

Em toda ação popular importa levar em conta esses três níveis:

1.) *o objetivo final*, que é concretamente a transformação da sociedade, o surgimento de uma nova sociedade. Esse objetivo pode ser mais ou menos definido. Pode ter traços ainda utópicos (ideal de uma sociedade reconciliada) ou já políticos (como o projeto “socialista”). A definição do objetivo ou ideal histórico depende do próprio processo de crescimento da consciência e das lutas de um povo; 2.) *as estratégias*, que constituem as grandes linhas de ação, ou seja, que traçam o caminho para chegar ao objetivo final; 3.) *as táticas*, que são os passos concretos dados dentro das estratégias para se chegar à meta ou objetivo. Importa, neste sentido, valorizar as “astúcias” que o povo adota para sobreviver e ludibriar seus opressores. Esta “arte dos fracos” espera ainda um maior reconhecimento e aproveitamento pedagógico e político.

O quanto possível, é preciso ser *claro* nos objetivos, *firme* nas estratégias e *flexível* nas táticas. Flexível nas táticas significa que se pode e deve às vezes alterar a tática e até recuar quando as circunstâncias o exigem. O importante é que qualquer ação se mantenha orientada na direção de seu objetivo final. Mas orientada dialeticamente, como um caminho de montanha que, apesar de todas as suas voltas (táticas), vai fundamentalmente (estratégia) para o cume (objetivo). Ou como o rio, que contornando montanhas ou saltando em cachoeira (tática), segue firme (estratégia) na direção do mar (meta final). Então, o que conta não é o passo como tal, mas sua orientação, isto é, sua articulação com o projeto global da ação. O peso de uma ação lhe é dado por seu rumo ou direção.

Nesse sentido, é falsa a disjuntiva sumária: reforma ou revolução. Pois uma reforma pode ter conteúdo revolucionário. E quando assume orientação revolucionária, isto é, quando significa um passo a mais na linha da transformação social. A disjuntiva real é: *reformismo* versus revolução, pois aí a reforma não coloca mais em perspectiva a criação de uma nova sociedade, mas a simples continuidade (melhorada) desta.

A relação é, pois, entre uma instância real e uma instância de representação (um projeto, um horizonte, etc.). Donde a importância do ideológico (teoria e projeto) para o prático. A articulação passo-objetivo é uma síntese prático-teórica: é um ato *prático* porque se dá na ação, mas é também algo de *teórico* porque essa ação deve se situar dentro de um projeto, o que somente é possível dentro da reflexão.

Por isso, para se manter a continuidade de um trabalho, que arrisca sempre de se satisfazer com suas conquistas parciais, é preciso: 1.) um *projeto histórico*, que vá se definindo de forma crescente e que constitua a meta da caminhada, como o destino da viagem para o viajante; 2.) uma *reflexão*, que vá medindo continuamente a distância entre o que está aí e o destino final; 3.) por fim uma *organização*, que leve à frente de modo constante a caminhada, agindo e refletindo. Faltando um desses três elementos, a luta “cai”.

### **Somar forças**

Para uma comunidade avançar, além de unir as forças dentro, é preciso se unir com outras forças fora dela. Isso se dá em várias direções. 1.) *Multiplicar os grupos* que têm o mesmo objetivo, seja ele religioso, sindical, partidário, cultural, etc. Grupos homogêneos têm mais facilidade de se unir e lutar por objetivos comuns. Assim acontece com uma rede de CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), uma Federação sindical, etc; 2.) *Ligar-se a outros grupos* populares: associações de moradores, clubes de mães, sindicatos, CEBs, etc. Claro, tal união só pode se dar em torno de objetivos

bem concretos, tal uma luta de interesse comum; 3.) *Envolver todo o bairro*, ou mesmo o município rural em alguma ação coletiva de interesse comum; 4.) Incorporar no próprio grupo ou movimento *frações do povo* que ficaram fora, assim: as mulheres no movimento sindical, os homens nas atividades religiosas, partes da grande massa dos esquecidos e anônimos no movimento popular, etc. 5.) Envolver pessoas ou frações de *outras classes* no próprio movimento, seja em termos de incorporação plena, seja em termos de aliança ou acordo.

### **Formar animadores**

Nos trabalhos que hoje se processam dentro do movimento popular, está surgindo um novo tipo de “dirigente”. É o “coordenador” e não o “ordenador”; é o “animador” e não o “líder”. Essa nova figura executa seu papel como serviço e não como dominação ou paternalismo. Trata-se de um dirigente não dirigista, que trabalha mais *com* o povo e não *para* o povo. No trabalho popular, a prioridade cabe à formação não de “quadros”, mas da comunidade. Trata-se de criar comunidades participantes, co-responsáveis, autocoordenadas. É só em seguida, no seio delas e em função das mesmas, que há de se ter também a preocupação de formar os “quadros” ou “os animadores”. Dar prioridade às “lideranças” sobre as comunidades é cair no cupulismo ou dirigismo. Tal é outra tentação dos agentes externos (sendo a primeira o doutrinário – a de antepor a teoria à prática).

Para evitar o cupulismo como primazia dos “líderes” sobre a “base” são necessárias algumas precauções: 1.) É preciso que os animadores emirjam e se formem na própria prática. É na medida de sua formação que alguém mostra que tem qualidade de “animador”. Essa não é uma função administrativa que possa se fundar em base burocrática. É nas lutas que alguém ganha tal competência. Nesse sentido é importante reconhecer as “lideranças populares” já existentes no seio do povo. Respeitá-las, valorizá-las e reforçá-las. 2.) Importa também que o “animador” nunca venha a se desenraizar de seu chão de classe e de suas bases. Para isso é preciso que sua função seja renovável ou rotativa. Aqui importa mais a função de “animação” do que o portador da mesma. Pois o que o interesse aqui não é tanto a pessoa individual do “animador” quanto seu trabalho em favor do povo.

O poder tende naturalmente a se concentrar. Contra isso é preciso: 1.) Uma *ética* pessoal de serviço, autocrítica e autocontrole; 2.) *Mecanismos instituídos* consensualmente para o controle coletivo do poder: eleições, submissão a um regulamento escrito, divisão das tarefas, prestação de contas, hetero-crítica, reconhecimento de contrapoderes, rotatividade dos cargos, proibição de privilégios, honras e mordomias, etc.

Trata-se, enfim, de criar uma mentalidade nova no exercício do poder e também comunidades novas que saibam tanto se autogerir como resistir, criticar e mudar os responsáveis do poder (mesmo entendido como coordenação).

\* Excertos do livro *Como Trabalhar com o Povo* de Clodovis Boff. Seleção da Comissão de Formação da Organização Popular Aymberê.

**Ampliar o trabalho de base!  
Criar o poder popular!**  
Organização Popular Aymberê – Agosto de 2011.